



Congresso
Interno da
Fiocruz

2021

Relatório Final

Aprovado pelo Conselho Deliberativo
da Fiocruz em 31/03/2022

APRESENTAÇÃO

A realização do IX Congresso Interno da Fiocruz se deu em meio a um dos períodos mais importantes da história mundial recente e da vida institucional. A pandemia de Covid-19 é o grande marco que inaugura o século 21. Caracterizada como uma sindemia, a interação entre a Covid-19 e uma série de outras doenças e agravos em um contexto de profunda desigualdade social tem gerado danos superiores à coexistência das doenças. Desde a gripe espanhola no início do século 20 o mundo não vivia uma ameaça global por doença de tamanha proporção.

A Covid-19 não apenas evidenciou as contradições e a vulnerabilidade do atual modelo de desenvolvimento como contribuiu para aprofundar ainda mais as desigualdades. Durante a pandemia, 5,2 milhões de pessoas se tornam milionários (+ 10%, aumento de 4% da riqueza na pandemia); indivíduos com riqueza superior a US\$ 1 milhão aumentaram a participação na riqueza global de 35% para 46% desde 2000 (Credit Suisse). No Brasil, o grupo 1% mais rico da população aumentou sua fatia de participação em 3%, atingindo a impressionante marca de 50% da riqueza. Enquanto isso, observa-se em todo o mundo o aumento da pobreza e da fome. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), só em 2020 estima-se que 115 milhões de pessoas foram empurradas para a situação de pobreza extrema, número que pode crescer para 150 milhões até o fim de 2021. Após décadas de declínio, a desnutrição vem aumentando no mundo, desde 2015. Contra um dos objetivos de desenvolvimento sustentável de 2030, a perspectiva de um mundo sem pessoas subnutridas neste período é um grande desafio.

No Brasil, a emergência sanitária se soma e alimenta um contexto de crise econômica, política, ambiental e humanitária. Além das mais de 600 mil vidas perdidas para a Covid-19, o Brasil voltou ao mapa mundial da fome: quase 40% das famílias sofrem de insegurança alimentar, o desemprego atingiu recorde em 2021 - alcançou 14,8 milhões de brasileiros - e 34 milhões de pessoas trabalham na informalidade. Problemas ambientais se agravam, com recordes de desmatamento e crise hídrica. O ambiente político é de turbulência entre os poderes e na federação.

Por todo o exposto, o lema proposto para o IX Congresso foi **Desenvolvimento sustentável com equidade, saúde e democracia: a Fiocruz e os desafios para o SUS e a saúde global.**

Desenvolvimento com equidade tenta sintetizar uma perspectiva em que a dignidade humana, a justiça social e a preservação do ambiente estão no centro das preocupações do desenvolvimento. Tal perspectiva é indissociável da democracia que, mais do que nunca, precisa ser defendida diante de ameaças de ruptura não compatíveis com os anseios da sociedade. A saúde transformou-se num elemento da geopolítica e, portanto, não é possível pensar o desenvolvimento sem um olhar sobre os movimentos que ocorrem globalmente e que interferem sobremaneira no ambiente interno.

O Sistema Único de Saúde (SUS) e a Fiocruz demonstraram seu valor para a sociedade durante a epidemia de Covid-19. O reconhecimento público do papel destas duas instituições no enfrentamento da pandemia, juntamente com outras, precisa transcender a

conjuntura e passar a incorporar o projeto de reconstrução do país onde a saúde, efetivamente, seja um direito de todos e onde a ciência, a tecnologia e a inovação sejam consideradas bens públicos de máxima relevância.

Apesar do ambiente turbulento, ou justamente em função dele, é necessário olhar para frente e pensar o caminho para um futuro melhor. E para a Fiocruz este caminho passa necessariamente por ciência, saúde e educação.

Foi com este espírito que os delegados de todas as unidades da Fiocruz estiveram presentes na plenária final do IX Congresso. Após um percurso de qualificadas discussões nos seminários pré-congresso e nas unidades, foram aprovadas as 10 teses que orientarão o planejamento da Fiocruz para os próximos quatro anos.

Com o IX Congresso, mais um passo foi dado neste belo caminho que, desde 1988, com a gestão de Sergio Arouca, tem como pilar a gestão democrática e participativa. Fica o agradecimento aos delegados, delegadas e todos os que se envolveram neste congresso interno, que foi condizente com o nosso compromisso com a sociedade brasileira e com a equidade e a saúde global.

Nísia Trindade Lima

Presidente

CARTA À SOCIEDADE

O Brasil precisa construir um projeto de futuro, uma esperança assentada na realidade em que vivemos e com base na ciência. É premente que nosso presente seja dinamizado e impregnado da vontade e da ação para a construção de uma sociedade desenvolvida, sustentável, equânime e democrática.

Em meio a uma das mais graves e complexas crises que já assolaram o país, de múltiplas dimensões articuladas (econômica, política, social, ambiental, sanitária e humanitária), o IX Congresso Interno da Fiocruz, instância máxima de definição dos rumos institucionais, lança-se neste desafio, com a ousadia de olhar para frente e apresentar propostas institucionais para, em articulação com outros atores sociais, construir um país melhor, orientado pela ideia de garantir vida digna a todas as brasileiras e brasileiros.

Para tanto, deve-se enfrentar os problemas histórico-estruturais que caracterizam nossa sociedade – os legados do passado escravagista e colonial, as profundas desigualdades sociais e uma inserção internacional que expressa as imensas assimetrias do capitalismo global na distribuição da riqueza e no acesso ao progresso técnico e ao bem-estar – e rever o modelo de desenvolvimento vigente no país, de caráter concentrador de renda, excludente e não sustentável social e ambientalmente. Um novo modelo de desenvolvimento deve ter a justiça social, a democracia e a preservação do ambiente como finalidades e a saúde, a ciência, tecnologia e inovação e a educação como elementos basilares.

Por isso, a Fiocruz, mais uma vez, se soma aos movimentos de defesa do Sistema Único de Saúde, compreendendo o mesmo como parte de um sistema de proteção social mais abrangente. Não haverá desenvolvimento sustentável, justiça e equidade sem direito universal à saúde.

A Fiocruz defende que investimentos em ciência, tecnologia e inovação são bases para o desenvolvimento e para uma inserção internacional soberana. Nesse sentido, assume o compromisso de ampliar seu potencial de gerar novos conhecimentos, serviços e produtos, a partir de uma agenda científica alinhada aos desafios da sociedade e do Sistema Único de Saúde e convergente com as características das imensas transformações tecnológicas em curso.

Além disso, como instituição do Estado brasileiro que assume posição de ator global estratégico no campo da saúde, a Fiocruz defende uma agenda internacional que viabilize uma cooperação global movida pela solidariedade, que reduza as assimetrias globais de domínio e acesso às tecnologias, produtos e serviços em saúde, e não pela disputa, pelo isolamento e pela luta geopolítica decorrentes de interesses fragmentados, como revelado pelo atual contexto pandêmico.

Na construção desse futuro de desenvolvimento sustentável, com justiça social e vida digna, afirma-se a democracia como um valor universal. Por isso, a Fiocruz se soma, no cenário nacional, a outros atores – organizações públicas, privadas e sociedade civil organizada – na busca por um ambiente social que privilegie o diálogo, a escuta mútua e a participação popular nos processos decisórios. De sua parte, a instituição se mantém permanentemente disponível para esse debate, não apenas viabilizando o acesso amplo à sua produção científica, mas fundamentalmente recebendo as demandas dos diferentes grupos sociais, e posicionando-se como partícipe de processos de construção coletiva de políticas públicas.

Fiocruz é SUS. É equidade e inclusão. É ciência. É desenvolvimento sustentável. É democracia. Vamos construir juntos!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
CARTA À SOCIEDADE.....	4
1 - METODOLOGIA E DINÂMICA DO IX CONGRESSO INTERNO.....	7
2 - CONTEXTO EXTERNO.....	9
3 - CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	20
4 – QUESTÕES ESTRATÉGICAS PARA A INSTITUIÇÃO	27
5 – TESES APROVADAS.....	28

TESE 1 - A Fiocruz, instituição pública estratégica de Estado para a saúde, mobiliza todo o seu arcabouço material, social e intelectual para um amplo movimento em favor de melhores condições de saúde da população e do Sistema Único de Saúde, SUS, universal, público, equânime e de qualidade. Para isso, amplia permanentemente sua capacidade de desenvolver pesquisa e oferecer serviços e soluções científicas, tecnológicas, educacionais, informacionais, comunicacionais, de forma inclusiva e em processos participativos. **28**

TESE 2 - A Fiocruz, ator global em saúde, contribui com seu posicionamento político no cenário internacional para o desenvolvimento de estratégias de cooperação com redes globais de saúde e intersetoriais, com entidades multilaterais e plurilaterais e com sistemas nacionais de saúde, com vistas ao fortalecimento de políticas públicas e ações sanitárias mundiais inclusivas e equânimes, que permitam respostas de larga escala no enfrentamento de crises globais. Da mesma forma, contribui para o desenvolvimento, incorporação e compartilhamento de inovações científico-tecnológicas em saúde, na perspectiva da cooperação solidária que busca reduzir assimetrias internacionais e promover sociedades sustentáveis. Destaca-se, ainda, sua participação na implementação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). **31**

TESE 3 - A Fiocruz amplia seu potencial de gerar novos conhecimentos, serviços, produtos e processos para a sociedade, mediante pesquisa básica e aplicada, desenvolvimento tecnológico e produção, prospecção, investimentos, articulação dos diferentes componentes da cadeia de inovação e ações de educação, nos campos das ciências biomédicas e sociais, da assistência e serviços em saúde, da vigilância em saúde, do patrimônio cultural, da divulgação e popularização da ciência, da informação e comunicação, visando a uma sociedade sustentável, comprometida com o caráter público e universal do SUS e com a promoção dos direitos humanos..... **34**

TESE 4 - A Fiocruz prioriza uma agenda científica estratégica alinhada aos desafios da sociedade e do Sistema Único de Saúde (SUS) e baseada em redes e plataformas sustentadas por moderna infraestrutura, tecnologias e modelos inovadores de produção e gestão da ciência e do conhecimento, contribuindo para a redução das desigualdades. **37**

TESE 5 - A Fiocruz, como parte integrante do complexo econômico-industrial da saúde (CEIS), está continuamente preparada para dar sustentação ao SUS diante dos novos desafios advindos das transformações epidemiológicas, sociais, ambientais, políticas, econômicas e da CT&I, tendo como base os preceitos da sustentabilidade, da equidade social, da sociobiodiversidade e da dignidade dos povos e comunidades, buscando a soberania nacional do CEIS para reduzir as vulnerabilidades e promover o fortalecimento do SUS. **39**

TESE 6 - A Fiocruz contribui ativamente para a formulação de políticas públicas equitativas e democráticas, em consonância com a interseccionalidade e os direitos humanos, com base em evidências sobre as iniquidades e desigualdades em saúde, ciência e educação, considerando os processos de determinação socioambiental, econômica e cultural, a fim de enfrentar os componentes de adoecimento na atenção às populações vulnerabilizadas. Da mesma forma, organiza a distribuição de seus serviços, produtos e

recursos de fomento à pesquisa e desenvolvimento, e fortalece ações intersetoriais e de gestão participativa, valorizando as dimensões de gênero, sexualidades, raça, etnia, diversidade funcional e outras, para o enfrentamento de toda e qualquer forma de discriminação e exclusão.42

TESE 7 - A Fiocruz, orientada pelo princípio do trabalho ético, digno, decente e justo e em defesa do serviço público, lida com as transformações contemporâneas do mundo do trabalho, garantindo e incorporando direitos, respeito às diversidades, novas formas e relações de organização do trabalho, e redução das desigualdades, e promovendo a saúde e o bem-estar coletivo e individual.....45

TESE 8 - A Fiocruz aperfeiçoa e incorpora inovações em seu modelo de governança e gestão participativa, com valorização do controle social, aprimorando seu processo decisório e buscando um modelo jurídico que lhe garanta autonomia, estabilidade e sustentabilidade institucional, com vistas a maior solidez legal e político-administrativa de seu Estatuto.48

TESE 9 - A Fiocruz trabalha permanentemente com o conceito ampliado de saúde, que ultrapassa sua visão como ausência de doenças e sinônimo de intervenções biomédicas, sendo indispensável, para o alcance de níveis adequados de saúde para todas e todos, considerar sua determinação socioambiental e suas relações com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) como importante marco de referência para o trabalho institucional de médio e longo prazos, com reflexos primordiais nas interações internas e externas à instituição, a partir de suas ações nas diversas áreas em que atua.50

TESE 10 - A Fiocruz defende a democracia como valor indissociável da saúde, da ciência e da cidadania, e se mantém em diálogo permanente com os diferentes segmentos da sociedade brasileira e internacional, viabilizando o acesso amplo e transparente ao conhecimento que produz e a informações em saúde fundamentais para a mobilização e a reivindicação de direitos, sempre aberta às manifestações e demandas dos vários grupos sociais e à articulação com seus representantes. Para isso, investe nos trabalhadores e trabalhadoras, nos estudantes e em diferentes tecnologias, saberes e processos, ao mesmo tempo que se compromete com a ampliação da participação social, de modo a garantir ações de informação, comunicação e divulgação científica acessíveis, pautadas pela ênfase no interesse público e voltadas ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.....53

1 - METODOLOGIA E DINÂMICA DO IX CONGRESSO INTERNO

O Conselho Deliberativo aprovou como diretrizes para o conteúdo do IX Congresso Interno:

- Reforçar o seu caráter político e propositivo, com um olhar voltado para os principais desafios colocados pela conjuntura, que aponta sérias ameaças às políticas de proteção social e ao futuro da ciência, da tecnologia e da inovação e, conseqüentemente, à soberania do país.
- Três temas foram centrais nesta perspectiva: a defesa do SUS como um sistema de saúde público universal; a defesa de um sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde e o papel da Fiocruz na construção de um caminho para o desenvolvimento com justiça social.
- A partir dessas três ideias gerais, foram identificadas as principais questões do plano interno, cruciais para o desenvolvimento da Fiocruz do futuro.
- Reforçar o caráter transversal e integrador dos temas, e não segmentações programáticas de discussões isoladas. A reflexão programática ocorreu da análise de questões gerais que norteiam as estratégias da Fiocruz.

Quanto à dinâmica do Congresso, foram aprovadas as seguintes diretrizes pelo Conselho Deliberativo:

- Adotar um modelo de apresentação de teses a partir das principais questões identificadas como críticas para o desenvolvimento institucional e para a construção da Fiocruz do futuro. O documento objeto de deliberação foi organizado na forma de teses, sendo que todos os demais elementos necessários ou úteis à discussão foram apresentados em termos de referência, textos para discussão e outros.
- Promover inovações nos mecanismos de participação, o que é largamente favorecido pelas tecnologias de informação e comunicação. Estimular o envolvimento dos trabalhadores em pelo menos alguma fase do processo.
- Adotar instrumentos, como consultas públicas, fóruns virtuais e debates abertos, utilização de ferramentas colaborativas para construção coletiva de textos.
- Garantir a participação da sociedade civil organizada e do controle social do SUS.
- Buscar movimentos que estimulem uma reflexão mais integrada e transversal sobre os problemas e desafios da instituição.
- Construir coletivamente as diversas etapas do Congresso, sempre a partir do direcionamento da Presidência, da Comissão do Congresso e do Conselho Deliberativo.
- Na etapa pré-congresso houve debates coletivos relacionados aos desafios. Desta maneira, as contribuições aos documentos de referência não se deram apenas por unidade, mas a partir de discussões coletivas envolvendo todos os trabalhadores.

Resultados

- A Comissão Organizadora realizou quatro seminários, anteriormente a plenária final: (1) Desafios do mundo do trabalho e a Fiocruz do futuro. Desafios da Saúde e a Fiocruz do futuro; (2) Desafios da Ciência e a Fiocruz do futuro; (3) Desafios da mudança climática, ambiente e a Fiocruz do futuro; (4) Os seminários, que foram coordenados pelo Centro de Estudos Estratégicos. Os debates promoveram reflexões em torno de temas chave para o futuro da Fiocruz e trouxeram subsídios para o aprimoramento do documento final.
- Os documentos de subsídios para o debate foram separados do documento base de apreciação dos delegados.
- A etapa pré-congressual se deu integralmente a partir de atividades em ambientes virtuais.
- Quanto à fase congressual, o CD Fiocruz se posicionou no sentido de realizá-la presencialmente, com redução do número de participantes (delegados e observadores).
- No início do mês de novembro/21, as contribuições de todas as unidades e demais segmentos foram apreciadas pela Comissão Organizadora do IX Congresso Interno e sistematizadas no documento que seguiu para plenária nos dias 8, 9 e 10 de dezembro/21.
- No tocante à análise do documento preparatório pós-contribuições, a Comissão Organizadora recebeu cerca de 1.000 aportes ao texto, que envolveram desde propostas de novas teses até sugestões de novas diretrizes.
- A relatoria do pré-congresso fez importante esforço no sentido de sintetizar as contribuições encaminhadas a partir de critérios pré-estabelecidos para contribuições ao texto (ex. foi vedada proposta de tese por área), bem como de taxonomia relacionada à natureza das diretrizes (ex. a diretriz não deveria expressar uma ação operacional). Nesse sentido, o conceito de diretriz enquanto declaração de direção, orientação, rumo etc. foi importante elemento balizador para avaliação das diretrizes propostas.
- As diretrizes e teses propostas e não incorporadas ao documento final foram indicadas como objeto de desdobramento do IX Congresso Interno, como o Coletivo Gestores e os fóruns de planejamento institucionais.

Este documento reúne as teses e diretrizes aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz que foi apreciado pela comunidade Fiocruz em seus diversos espaços, mas, em particular, pelas unidades e pelas câmaras técnicas. Contribuições de coletivos e grupos específicos foram consideradas. A Fiocruz realizou ausculta a segmentos da sociedade com os quais possui interação mais intensa, como sociedades científicas, movimentos da sociedade civil organizada, órgãos de controle social do SUS, órgãos colegiados de gestão do SUS, como Conass e Conasems, setor industrial e da educação, entre outros. Desta forma, a Instituição buscou permear sua estratégia de desenvolvimento nacional às expectativas da sociedade, manifestada a partir destes diferentes segmentos.

Comissão Organizadora do IX Congresso Interno

2 - CONTEXTO EXTERNO

A conjuntura mundial tem apresentado, nos últimos anos, importantes crises de dimensões políticas, econômicas, sociais, científico-tecnológicas, ambientais e legais. Do ponto de vista econômico, em 2008/2009, o mundo assistiu a uma grande crise global, com impactos em todas as áreas. Deste período até 2019, observou-se uma evidente desaceleração das principais economias com seus reflexos no aumento das desigualdades. Em 2020/2021, a sociedade passou a conviver com outra grave crise econômico-social de dimensões humanitárias históricas, impulsionada pela pandemia do coronavírus (Covid-19).

Ao entender a crise sanitária como uma questão geopolítica e global, devem ser consideradas, fundamentalmente, as estratégias de Estado, de entidades supraestatais (OMS, entre outras) e de grupos econômicos. Portanto, a superação da crise exigirá uma maior coordenação de economias sistemicamente importantes com políticas mais ousadas que reflitam um multilateralismo revigorado. A recuperação pós-pandemia carecerá de equidade e deixará de enfrentar os desafios do nosso tempo se não for enfrentada por uma abordagem multilateral, para garantir o aumento de investimentos com infraestrutura e ampliação da proteção social, financiada pela tributação fiscal progressiva.

Um processo de recuperação orientado para uma sociedade menos desigual requer uma cooperação multilateral com políticas públicas ousadas, visando um estado de bem-estar social para proteger vidas e fornecer meios de subsistência, com prioridade para países pobres e em conflito de modo a atenuar, entre outras questões, o fenômeno das migrações forçadas. Políticas de austeridade que comprometem a atuação do Estado na regulação da economia e do emprego, no financiamento e na implementação de políticas públicas redistributivas têm causado desemprego e aumento dos preços dos alimentos, ameaçando a vida das populações vulneráveis, já enfraquecidas financeiramente pela crise sanitária. A recuperação depende de investimento público, combinando políticas universais e estratégias direcionadas às pessoas sistematicamente excluídas por questões econômicas, religiosas, de raça/cor, etnia, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, faixa etária, deficiência e localidade geográfica. A recuperação depende também de desenvolvimento de modelos econômicos capazes de garantir crescimento, geração e distribuição de renda e dignidade às pessoas.

Em tempos de crise sanitária, com vistas a resolver problemas urgentes, as colaborações científico-tecnológicas e produtivas são comuns, produzindo excelentes resultados, e assim parcerias em curso se consolidam e novas são estabelecidas em direção ao desenvolvimento de soluções inovadoras. Diante da pandemia de Covid-19, cientistas e administradores de várias instituições se uniram em diversos tipos de arranjo organizacional para dar respostas à sociedade. Parcerias interinstitucionais envolveram os ambientes acadêmicos, as empresas, a sociedade civil organizada, entre outros atores, na busca de soluções para o problema. Assim, destaca-se a relevância das alianças institucionais, nacionais e internacionais, para o enfrentamento desse período pandêmico e pós-pandêmico como um diferencial estratégico de ação.

Os desafios enfrentados pelos países requerem cooperação técnica e política ampla entre as nações, pelo caráter multidimensional da crise e pela transmissão ocorrer intensamente via fronteiras. Os países e organizações estabeleceram colaboração através do intercâmbio de informações e soluções mediante parcerias institucionais e intergovernamentais. Um exemplo de parceria acadêmica internacional é a IAP (InterAcademy Partnership - Parceria

InterAcademia) que cria uma comunidade mundial de pesquisa para controlar a propagação do vírus da Covid-19, agindo de maneira coletiva e segundo os princípios da ciência aberta.

Conforme a Unesco, a Ciência Aberta se caracteriza como um divisor de águas para a consecução do direito humano à ciência e igualmente o preenchimento das lacunas de CT&I entre e dentre as nações. A proposta da Unesco é que o mundo alcance uma estrutura internacional para a política e prática de Ciência Aberta. Os usuários terão acesso a publicações científicas, dados de pesquisa, software, código-fonte e hardware que estão disponíveis no domínio público ou sob direitos autorais que foram liberados sob uma licença aberta que permite o compartilhamento, a reutilização, reaproveitamento, adaptação e redistribuição por outros. Com a Covid-19 a comunidade científica e as sociedades como um todo observaram que precisavam urgentemente do compartilhamento rápido de informações científicas, ou seja, de uma transição rápida para a Ciência Aberta.

No plano geopolítico, observa-se o acirramento da disputa global por hegemonia entre China e EUA. Com relação à União Europeia (UE), constata-se uma disposição de reforçar a união do bloco, com ações de política fiscal e de investimento pós- pandemia, apesar da saída do Reino Unido do bloco.

Outros fenômenos relevantes são os conflitos no Oriente Médio e o agravamento de crises político-econômicas em alguns países da América do Sul, caracterizadas pelo aumento da recessão e do desemprego, fruto de políticas de austeridade e retração da ação do Estado. Em decorrência, há intensificação de migrações, em busca de sobrevivência e de melhores oportunidades de vida. Por outro lado, registram-se importantes movimentos sociais de resistência, como as lutas antirracistas e por equidade de gênero.

Houve uma aceleração da quarta revolução industrial (ex. robótica avançada, inteligência artificial, impressão 3D, entre outras inovações), com ganhos de produtividade das organizações tecnológicas. Os dados das consultorias mostram que as instituições que estão saindo mais fortes dessa crise empregaram nos seus processos de trabalho aumentos significativos de tecnologia avançada, como a inteligência artificial e a digitalização. A produtividade nos EUA em 2020, por exemplo, atingiu níveis surpreendentemente positivos, mas com uma das maiores quedas de produção e horas trabalhadas desde a década de 40. Entretanto, foi na Ásia onde houve a maior aceleração da quarta revolução industrial. As organizações de diversos setores econômicos devem, a partir da crise, conduzir digitalmente 80% das suas interações com os usuários, apontam especialistas.

Com a Quarta Revolução Industrial, em que a ciência e o conhecimento ganham um lugar cada vez mais proeminente nos dispositivos de produção, par e passo à crise política, socioambiental e econômica vivenciada, foram acirradas as transformações adversas no mundo do trabalho e na capacidade de integração dos indivíduos às diferentes economias. Observa-se seu reflexo no aumento das tensões nas relações internacionais, na geopolítica, o uso de dados e informações em uma verdadeira guerra cibernética e a acentuação da irracionalidade da dinâmica capitalista. Logo, o lugar de destaque alcançado pela ciência e conhecimento para além de oportunidades, geram desafios múltiplos ao se pensar os caminhos da Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

No setor saúde, cresce a expectativa de mudanças como a intensificação de opções de atendimento virtual. Os sistemas de saúde estão se reconfigurando diante de evidências de que não estavam preparados para a crise sanitária. Assim, observam-se estratégias de modernização dos sistemas de saúde, com destaque para a promoção da saúde e investimento em tecnologia, envolvendo o aumento da utilização de telemedicina e saúde

virtual. Um desafio importante é como incorporar tais transformações nos sistemas nacionais de saúde como o SUS, buscando fortalecer seu caráter público e universal, com base no investimento público e contínuo em seus recursos humanos e materiais.

Outro desafio se relaciona às intensas inovações no âmbito da biotecnologia e da “biocomputação”, impulsionadas pelo rápido progresso em biologia molecular, informática e no uso de inteligência artificial. Algumas potencialidades seriam o desenvolvimento de terapias celulares que poderiam corrigir ou mesmo substituir células e tecidos defeituosos e novos tipos de vacinas poderiam ser aplicados a doenças não transmissíveis, incluindo câncer e doença coronariana.

A possibilidade de uma crise climática assumir características próximas da crise da Covid-19, ou seja, com vieses sistêmicos de avanço rápido, e dimensões ampla e global tem preocupado a humanidade. Com isso, diversos países estão investindo em planos de recuperação, para saída da crise pandêmica, associados às políticas ambientais existentes, reconhecendo os benefícios urgentes da sustentabilidade ambiental. Países como China, Índia, Estados Unidos e a União Europeia estão apostando sobremaneira em tecnologias de baixo carbono e de alternativas que conservem o ecossistema e a biodiversidade.

A crise climática, associada à crise ambiental global está na gênese e assume características de dimensões próximas à crise da Covid-19, com vieses sistêmicos de avanço rápido e dimensões multiescalares e multitemporais, o que está no centro das preocupações da humanidade.

A emergência da Covid-19 realça a importância de uma abordagem transdisciplinar envolvendo a saúde humana, animal e ambiental, a Saúde Única (One Health), para o enfrentamento a ameaças em saúde pública em um cenário de crise ambiental. A implementação desta estratégia pressupõe atuação integrada, em rede, reunindo pesquisadores e usuários do conhecimento das ciências da saúde humana, animal e ambiental, bem como das ciências sociais para a governança de Doenças Infecciosas e Resistência antimicrobiana em níveis global, nacional e local.

Há hoje diversas mobilizações nas sociedades de todo o mundo no sentido do destaque do tema sustentabilidade e da Agenda 2030. No Fórum Econômico Mundial de 2020, o assunto foi significativamente debatido e considerado como estratégia inteligente do futuro das ações dos Estados. A efetiva implantação dos objetivos, metas e indicadores referenciais da Agenda 2030 tem o poder de diminuir as desigualdades sociais. A pandemia fez com que o mundo estagnasse no cumprimento das metas relacionadas à Agenda 2030, ainda que com significativas diferenças entre os países. No Brasil não foi diferente, fortalecendo um certo ceticismo generalizado em relação ao atendimento das Metas proposta até 2030.

A perspectiva de um mundo pós-pandemia tem revelado muitas incertezas. Tem-se observado inúmeros retrocessos conjunturais que sinalizam para um futuro de luta de classes em função das significativas desigualdades sociais em curso. Conforme destacam especialistas, há diversos parâmetros balizadores da construção social pós-pandemia como: a transição ecológica, a dignidade humana, a democracia, entre outros.

O surto de Covid-19 e as respectivas respostas da ciência vem se dando em meio aos fenômenos da infodemia (excesso de informações) e da desinformação, podendo um impactar o outro uma vez que a desinformação vem se expandindo no mesmo ritmo da geração de conteúdo. Nesse contexto, destacam-se relevantes iniciativas, de instituições públicas e privadas, de produção de acervos relacionados à Covid-19, como o

desenvolvimento de conteúdos relativos à produção de narrativas de memórias que dizem respeito a experiências vivenciadas na pandemia. Com isso reforçam-se princípios como o “direito à memória, o direito democrático ao acesso do acervo e o direito à construção plural de representações sobre o presente.” Não só em relação à experiência social da pandemia, mas em relação a como um anseio que nasce no tempo presente e que possibilita tanto reflexões sobre o passado quanto o registro de ações que gerem análises críticas sobre realizações e desafios institucionais, visando a recuperação de aspectos de trajetórias individuais ou coletivas e suas apropriações no presente.

No tocante à economia, a pandemia levou a uma recessão global em 2020, com uma queda média de 3,5% no Produto Interno Bruto (PIB) mundial. O Brasil teve uma performance pior, com uma queda do PIB de 4,1% no mesmo ano. Com cerca de 14,4 milhões de desempregados em agosto de 2021, juntamente com a aceleração da inflação (acumulada em 8,99% até esse mês) tem-se como resultado uma deterioração das condições de vida, aumento da pobreza e da fome, e dificuldades de crescimento da demanda interna.

Pelo fato do Brasil ser altamente dependente do comércio internacional, as pressões inflacionárias de 2021 devem se projetar para 2022, impulsionadas pelo aumento dos preços dos alimentos e pela desvalorização da moeda, conforme indica o FMI. O IBGE divulgou pesquisa da PNAD, em 08/21, na qual ressalta que menos da metade da população em idade para trabalhar está ocupada no país (49,6%) e ainda que a taxa de informalidade está em 40,6% da população ocupada. As previsões de crescimento de PIB para 2021 e 2022 são respectivamente 4,8% e 2%, não obstante os fatores de risco como a crise hídrica, as questões fiscais (ex. pagamento dos precatórios, reforma do Imposto de Renda - IR), a instabilidade política, e a manutenção de altas taxas de transmissão do coronavírus. Ainda que apresente aumento numérico, o crescimento da economia brasileira deve ficar aquém da média mundial e latino-americana em 2021 e 2022, conforme indica o FMI.

Sobre a crise hídrica, ressaltam-se também os dados alarmantes da PNAD de 2019, onde 38% da população tem alguma dificuldade de acesso à água e apenas 62,2% da população a consome oriunda de rede geral de distribuição, com abastecimento diário e estrutura de armazenamento. Entre os que vivem na pobreza, 8,1% não tem banheiro em casa: são 39,7% dos municípios brasileiros sem serviço de esgotamento sanitário; no Norte, somente 16,2% dos municípios contam com esse serviço. Apenas em 11 das 27 unidades da federação, mais da metade dos municípios possuem rede coletora de esgoto e 62,8% deles o trataram. Em 2018, estimou-se que 33,7% dos domicílios brasileiros não tinham acesso à rede geral de fossa ligada ao escoamento de esgotos.

Cabe ressaltar as dificuldades impostas por reformas que restringem direitos, como a trabalhista, a liberação da terceirização para atividades-fim, a reforma da previdência e a EC 95, que impôs limites a gastos futuros na área social. Outras perspectivas de reformas que impactarão na ampliação das desigualdades estão em curso, como a minirreforma trabalhista, a reforma administrativa e a reforma tributária.

A desigualdade social foi aprofundada com a pandemia, com a ampliação do número de pessoas em situação de extrema pobreza. Os dados mostram que, entre o início de 2019 e o início de 2021, quase 1,2 milhão de pessoas ingressaram na extrema pobreza no Brasil, o que corresponde a um aumento de 9,0%. Dados da Rede Penssan (2020) apontam que cerca de 116,8 milhões de pessoas conviviam com algum grau de insegurança alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome. Na outra ponta social,

42 brasileiros se tornaram bilionários em 2021, segundo anúncio da Forbes, contrastando com o recorde de pessoas que se encontram na extrema pobreza no país. Há ainda outros dados relevantes relacionados à desigualdade como a dificuldade das mulheres, que são chefes de famílias monoparentais quanto à questão do trabalho e do cuidado aos filhos, sendo mais afetadas as jovens mulheres negras. Além disso, tem crescido a violência contra a mulher, com o aumento do feminicídio. Também é grave a situação dos povos indígenas, duramente atingidos pela pandemia, que se soma à história de violências, de desrespeito aos seus direitos territoriais e demais direitos de cidadania. Outrossim, observa-se o aumento de outros problemas como a intolerância religiosa e de orientação sexual, entre outras formas de discriminação. Ressalte-se, também, a difícil situação das pessoas com deficiência, que continuam sob a marca do capacitismo dominante na sociedade, vivendo retrocessos nos direitos com reforço à exclusão e invisibilidade, por exemplo, pelo Decreto 10.502/2020, e que, em decorrência da crise sanitária, sofrem o aprofundamento da desassistência na saúde, tendo direitos conquistados colocados em xeque, o que reforça a necessidade de ações políticas, educacionais e jurídicas embasadas na diversidade.

Sabe-se que a desigualdade social é histórica e estrutural e vem se agravando ao longo dos últimos anos. A pandemia, que acentuou esse quadro, resultou em redução de ocupação principalmente para os trabalhadores de menor escolaridade que foram substituídos pelos com ensino superior completo. Apesar do aumento da qualificação da força de trabalho nos postos de trabalho, os salários continuam rebaixados.

Os institutos de pesquisa mostram que a inflação tem impactado de forma mais contundente as famílias de baixa renda, entre as quais os itens básicos de consumo têm maior peso no orçamento. No comparativo do 1º trimestre de 2021/2020, os setores econômicos têm apresentado resultados muito díspares como, por exemplo, a queda do setor de serviços de 0,8%, com reflexos diretos na empregabilidade da população e o crescimento da agropecuária de 5,2%.

Pesquisa recente apresentada pela Oxfam-Brasil (2021), em âmbito nacional, apontou que 84% dos(as) brasileiros(as) concordam com o aumento dos impostos de pessoas mais ricas para financiar políticas sociais no Brasil e 56% com o aumento de impostos para todas as pessoas financiarem as políticas sociais. Apesar de previsto na Constituição e nunca ter sido regulamentado, o imposto sobre grandes fortunas é visto como uma potencial fonte de arrecadação para o país.

No que se refere à relação entre a conjuntura e a questão democrática, cabe destacar as tensões crescentes entre a esfera do mercado e as instituições da democracia. De fato, se antes a democracia era apresentada como um fator positivo para a dinâmica da economia, observa-se atualmente um movimento que coloca a democracia, e os direitos sociais dela decorrentes, como obstáculos ao crescimento econômico.

No campo da Ciência, Tecnologia e Inovação, a realidade é complexa, apesar da existência de uma proposta do MCTI de base para a estratégia nacional de inovação. Conforme relatório da Unesco (2021), desde a recessão de 2015, tem havido cortes de bolsa, queda do número de patentes e de investimentos em P&DI pelas organizações, que vem trazendo incertezas e riscos importantes para o futuro do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (SNCTI), portanto, impactando drasticamente nos investimentos em ciência, tecnologia e inovação no país e como consequência gerando fuga de cérebros entre outras dificuldades para o desenvolvimento do Brasil. Nesse contexto, as políticas públicas têm mitigado seu papel no fomento das atividades socialmente relevantes e de subsídio as ações

de CT&I, com incentivos insuficientes aos pesquisadores e ICT no Brasil. Os impactos negativos são sentidos não só na direção de mais inovação, mas também na falta de sinalização das prioridades em inovação em consonância com as necessidades atuais da sociedade.

O Brasil, segundo o mesmo relatório da Unesco (2021), ainda possui uma relevante capacidade científica associada a um forte sistema de pós-graduação, que não é absorvida pela indústria, geralmente voltada para o mercado interno e não inovadora (salvo exceções como o setor agrícola). A ciência brasileira respondeu ao enfrentamento de duas emergências sanitárias recentes - a epidemia da Zika e a pandemia da Covid-19 – por meio de intensa produção acadêmica e de parcerias no desenvolvimento e produção de vacinas, não obstante tenha havido falta de insumos básicos como: antitérmicos, sedativos, oxigênio, EPI etc. Há que se destacar os polos de inovação nas universidades, produtores de startups cumprindo o papel de colaboração entre indústria e academia embora essa não seja uma relação simples e sem conflitos. Especialistas acreditam na possibilidade de o Brasil vir a ser um país na vanguarda mundial das tecnologias de baixo carbono.

Por outro lado, apesar de especialistas acreditarem na possibilidade de o Brasil vir a ser um país na vanguarda mundial das tecnologias de baixo carbono, deve-se lamentar a evidente piora na gestão ambiental, principalmente no que tange aos sistemas de monitoramento e prevenção de acidentes, que não tem conseguido impedir acontecimentos como o do rompimento das barragens de rejeitos de mineração e aumento de desmatamento, manchas de óleo no litoral e incêndios no Pantanal e na Amazônia.

Pode-se constatar que, enquanto o sistema de C&TI brasileiro está enfrentando dificuldades desde 2015, como a redução orçamentária e de bolsas de pesquisa, o mundo desenvolvido está ampliando os investimentos em P&D em função da velocidade de transformação e dos novos desafios. Ressalta-se que o não investimento em Ciência e Tecnologia, como momentos diversos da História já demonstraram, traz impactos nocivos não apenas ao setor de C&TI, mas estende seus malefícios a todo o desenvolvimento socioeconômico do país. Condena, assim, as atuais e futuras gerações a um horizonte de estagnação econômica, científica e social, marcado por severa dependência tecnológica que gera, em última instância, fragilidade ante as emergências sanitárias, enfraquecimento da capacidade produtiva nacional e baixa mobilidade social.

Com relação a SNCTI, um conjunto de políticas públicas ampliaram espaços e ações de divulgação científica ao longo das duas últimas décadas. Cabe destacar, no âmbito da SNCTI, a organização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), como estratégia de divulgação da importância da ciência e tecnologia para a vida das pessoas e para a melhoria da qualidade da educação científica no Brasil.

O tema da SNCT 2021 foi “A transversalidade da ciência, tecnologia e inovações para o planeta”. A temática visa problematizar as questões que ultrapassam fronteiras, em busca de ações e políticas cooperadas, integradas e convergentes, de modo a debater de forma aprofundada as questões de CT&I vinculadas à educação, à sociedade e aos desafios da sobrevivência e fortalecimento do SNCTI.

Embora a iniciativa da SNCTI seja louvável, ainda apresenta pouco impacto na disseminação e implementação científica, o que revela a necessidade de se adotar estratégias mais arrojadas, abrangentes e eficazes visando reduzir a lacuna que separa o intercâmbio de conhecimento entre a pesquisa, as políticas públicas e a prática.

Não obstante esses avanços, a pesquisa de Percepção Pública da Tecnologia no Brasil de 2019 realizada pelo CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos) mostra dados contraditórios sobre a relação da população com a ciência. Apesar da população brasileira ter uma percepção bastante positiva da ciência - 73% das pessoas acreditam que ela só traz benefícios, ou traz mais benefícios que malefícios - de forma geral a população não conhece as instituições científicas ou cientistas brasileiros, frequenta pouco os espaços de divulgação científica como museus e centros de ciência e busca poucas informações de CT&I. Tal realidade agrava-se quando se constata que todos esses indicadores são marcados por forte desigualdade, em particular relacionada à renda.

No que diz respeito ao SUS, desde a sua instituição pela Constituição de 1988, o sistema nunca teve o financiamento necessário para o cumprimento da garantia do direito universal à saúde, conforme o Art. 196. Tal fato se reflete na ausência de condições estruturais para a garantia da atenção à saúde da população, tendo como foco a determinação social do processo saúde-doença. Somado a isso, os retrocessos nas políticas públicas vivenciados nos últimos anos têm aprofundado as históricas desigualdades sociais do país, impactando sobremaneira a saúde individual e coletiva. Além disso, manteve-se e ampliou-se a participação de serviços privados no âmbito do SUS, além do que passados 30 anos o sistema ainda não se constitui como uma rede integrada.

Sabe-se que a maioria dos problemas assistenciais do SUS tem raízes no seu crônico subfinanciamento, sendo o Brasil um dos poucos países do mundo, com sistema público universal, em que o gasto com o setor privado é maior do que o público. Constata-se assim que as mudanças de caráter privatista na saúde, inclusive na atenção primária têm obstaculizado a garantia dos princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS. Além disso, os efeitos da mercantilização das relações sociais e da precarização das relações de trabalho têm impactado negativamente a qualidade de vida tanto dos trabalhadores da saúde quanto da população assistida.

Na agenda da reforma sanitária brasileira e na Constituição de 1988, a saúde é vista em uma perspectiva ampla. Segundo o conceito ampliado de determinação social da saúde (DSS), o estado de saúde de uma população é influenciado pelas condições de vida, incluindo fatores como alimentação, moradia, saneamento, transporte, meio ambiente, lazer, entre outros. Tal concepção ampliada é mobilizadora de transformações nas políticas públicas além do SUS, que busquem reverter as desigualdades e a mercantilização da saúde. Conforme defende Sergio Arouca, a reforma sanitária brasileira é um projeto civilizatório, no qual a sociedade deve expressar valores de direito e justiça social.

Um fato que pode agravar sobremaneira a situação econômica, de C&TI e social do país é a redução drástica de investimento público previsto para 2022, que ficou no valor de R\$ 25,7 bilhões, o menor dos últimos 12 anos, representando somente cerca de 0,27% do PIB.

O Estado, ao adotar políticas liberais diante da crise, abandona a sociedade e nada vem fazendo para reduzir os fatores de risco que agravam a saúde do brasileiro e que aumentam a pressão nos sistemas de saúde, como: (i) efeitos de longo prazo do uso de agrotóxicos, (ii) falta de saneamento básico, (iii) poluição do ar, (iv) mudanças no perfil demográfico (expectativa de vida que supera 75 anos), (v) violência, (vi) uso de álcool e de outras drogas, (vii) a volta da dengue, (viii) a queda de vacinação para outras doenças diferentes da covid-19, (ix) a obesidade e a insegurança alimentar.

Destaca-se o fenômeno social da violência, como problema de saúde pública, que cresceu significativamente durante a pandemia, em função das medidas de quarentena e demais restrições que desorganizaram as rotinas familiares, ampliando o tensionamento e o estresse, aumentando a possibilidade de violência, especialmente contra mulheres e crianças. Há ainda grupos - como as pessoas em situação de rua, indígenas, entre outros - que vivem em situação de alta vulnerabilidade social, mais expostos à violência estrutural e ao adoecimento. Os serviços públicos das redes de proteção e cuidado têm papel estratégico na prevenção das violências.

Outro problema associado à Covid-19 é a infodemia, descrita como a abundância de informações, muitas erradas, disseminadas deliberadamente para minar a resposta da saúde pública ou promover agendas alternativas de grupos ou indivíduos. Essa é a primeira pandemia na história em que a tecnologia e as mídias sociais estão sendo usadas em grande escala. Se, por um lado, isso seria importante para manter as pessoas bem-informadas e seguras, por outro, essa tecnologia tem ampliado a disseminação de informações falsas, que continua a comprometer globalmente a resposta à pandemia. Segundo a OMS e outras entidades do sistema das Nações Unidas, a má qualidade e a desinformação podem ser prejudiciais à saúde física e mental das pessoas; aumentar a estigmatização; ameaçar ganhos de saúde; e levar à inobservância das medidas de saúde pública, reduzindo assim sua eficácia e colocando em risco a capacidade dos países de conter a pandemia. Além disso, a desinformação estaria polarizando o debate público sobre tópicos relacionados a Covid-19; amplificando o discurso de ódio; aumentando o risco de conflito, violência e violações dos direitos humanos; e ameaçando as perspectivas de longo prazo para o avanço da democracia, dos direitos humanos e da coesão social (WHO, 2020).

A universalidade dos serviços de saúde é uma das bases de um país civilizado. O SUS, não obstante os seus problemas crônicos, como o subfinanciamento, ainda enfrenta o desafio da pandemia da Covid-19, no que concerne ao diagnóstico, contenção e prevenção da doença, tratamento e recuperação dos acometidos, sem poder descuidar de suas ações rotineiras. Em 2021 e nos próximos anos, os principais desafios da sociedade relacionados ao sistema de saúde e a pandemia serão: imunização em massa contra o coronavírus, o aumento da demanda de atendimento, reprimida em razão da pandemia, o sobrediagnóstico, o desfinanciamento da política pública de saúde, por meio da Emenda Constitucional nº 95 e os impactos sociais causados pela pandemia, refletida no aumento do número de pessoas vivendo em condições inadequadas, no surgimento de órfãos e sequelados da Covid-19, além de outros problemas decorrentes da pandemia como os de saúde mental; são os efeitos de curto e longo prazo à saúde dos que se recuperam da Covid-19 ou que foram, de alguma forma, afetados pela pandemia.

O Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS) tem significativa importância nacional, não apenas no seu papel de garantir o acesso a insumos para a população e sustentabilidade do SUS, como também na agenda de desenvolvimento nacional. Portanto, o CEIS representa as dimensões social e econômica, produzindo impacto no PIB, tendo reflexo na geração de empregos e na competitividade nacional. A pandemia da Covid-19 deixou evidente as deficiências do CEIS, principalmente, em função da restrição de investimentos nas suas cadeias de valor, que terminam por ameaçar o Sistema Único de Saúde (SUS). Como consequência, a sociedade sentiu o desespero da falta de insumos básicos para atenção como EPIs, oxigênio, ventiladores, insumos para diagnóstico, dentre outros. como também a necessidade emergencial de importação de ingredientes farmacêuticos (IFA) para vacina e das próprias vacinas.

O CEIS 4.0, tanto em sua dimensão social como produtiva, procura abordar o CEIS a partir de importantes transformações da saúde, como as mudanças demográficas e epidemiológicas, a 4ª revolução tecnológica, as mudanças climáticas, entre outras, e tem se desenvolvido de maneira muito desigual entre os países, o que pode aprofundar as desigualdades entre países desenvolvidos tecnologicamente, exportadores de tecnologia, e países dependentes, exportadores de commodities. Cabe destacar, no âmbito do CEIS 4.0, os necessários reflexos que deverão ocorrer nas políticas públicas em função das transformações recentes na dinâmica global de produção e inovação. Deve-se ressaltar ainda a importância de se incorporar e empregar as tecnologias 4.0 não apenas para aprimorar o CEIS como também para enfrentar de forma efetiva as emergências sanitárias. Outro aspecto importante do CEIS 4.0 é como a geopolítica da inovação em saúde impacta a soberania nacional em saúde.

O CEIS 4.0 tem potencial para ser o motor socioindustrial tecnológico da economia brasileira. É necessário que o Brasil desenvolva urgentemente uma indústria de saúde forte e inovadora alicerçada nas modernas tecnologias 4.0 como inteligência artificial, big data, entre outras, alinhada às demandas do SUS, para que seja possível alcançar uma condição estratégica de maior desenvolvimento e independência.

O mundo está a menos de uma década para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU uma vez que suas metas devem ser alcançadas em 2030. Concomitantemente à resolução dos problemas relacionados à Covid-19, os países desenvolvidos vêm envidando esforços cada vez maiores em combater as mudanças climáticas adotando medidas de redução do carbono. Especialistas afirmam que há relevantes questões de sustentabilidade ambiental a serem tratadas por representarem grandes ameaças à vida na terra, tais como: adaptação e mitigação às mudanças climáticas, os problemas de poluição e seu impacto na saúde, a proteção dos oceanos, a transição energética e as energias renováveis, um modelo alimentar sustentável, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento urbano e a mobilidade sustentável, o estresse hídrico e a escassez de água, os fenômenos meteorológicos extremos, e excesso de população e a gestão dos resíduos.

Do ponto de vista nacional, nunca se vivenciou tantos e graves problemas ambientais como nos últimos anos, decorrentes principalmente da expansão desenfreada do agronegócio, que inclusive ocupa terras públicas e, por vezes, possui ligações diretas e indiretas com a grilagem de terras e a expulsão de populações tradicionais como: camponesas, extrativistas, pescadoras, marisqueiras, caiçaras, ribeirinhos, atingidos por barragens, quilombolas e indígenas de seus territórios. Como suporte a essa estratégia tem havido alterações nos marcos regulatórios principalmente da área ambiental, mas também de outras áreas da gestão pública, essencialmente dos setores do agronegócio, mineração e geração elétrica.

Outro debate relevante vinculado à sustentabilidade é o quanto o planeta já alcançou os limites de sua resiliência, a partir do qual precisa reduzir o impacto demoeconômico, além do enfrentamento das desigualdades sociais. Segundo autores, para se erradicar o déficit ecológico e não se avançar na direção do ecocídio é preciso adotar soluções como mudar os padrões de produção (economia de baixo carbono e impacto ambiental), revolucionar a produção de alimentos com redução significativa do consumo de produtos animais, adotar o avanço tecnológico sustentável e diminuir o consumo conspícuo entre outras.

Conforme o relatório Luz 2021, o país não avançou de forma significativa em nenhuma das metas dos ODSs da Agenda 2030. Esses resultados foram frutos de escolhas políticas, não

obstante a crise da Covid-19. No tocante à saúde é importante mencionar que, com relação ao objetivo número 3, seis de suas 13 metas estão em retrocesso no Brasil. O relatório apontou que (i) a mortalidade materna cresceu 5,6% de janeiro a agosto de 2020 em relação a 2019, (ii) houve aumento da taxa de mortalidade de crianças com menos de um ano e de crianças entre um e quatro anos nesse período, (iii) a vacinação caiu 12% em 2020, sendo o quinto ano de declínio, o que impacta a questão das doenças transmissíveis e (iv) houve redução dos serviços e insumos para saúde sexual e reprodutiva, que também significa retrocesso para a meta de dar acesso universal a esses serviços. Destaca-se que, em 2020, R\$22,8 bilhões do orçamento destinado ao SUS, não foi executado.

Em relação à educação, com a disseminação da Covid-19, o mundo se deparou com uma situação inédita: o fechamento total e concomitante dos sistemas educacionais, impactando milhões de estudantes e trabalhadores. No caso brasileiro, a ausência de políticas públicas que viabilizassem a garantia da qualidade do ensino remoto, nas instituições públicas de educação, ampliou de forma contundente as históricas desigualdades educacionais e as contradições que atravessam a escola pública. Neste contexto, a definição de procedimentos emergenciais e a construção sobre o “novo normal” para a educação pública se tornaram tarefas prioritárias de organismos internacionais e organizações empresariais, intensificando os processos de mercantilização da educação em seus diferentes níveis.

A desigualdade no acesso ao ensino durante a pandemia sublinhou outro elemento significativo que ampliou ainda mais as desigualdades sociais: a falta de acesso universal à internet banda-larga. Apesar da ONU ter declarado em 2011 que o acesso à internet é um direito fundamental, a realidade brasileira está muito distante. Segundo dados da pesquisa TIC Domicílios 2019, realizada pelo Cetic.br/CGIBr, 20 milhões de domicílios no país não possuem acesso à internet (28%). Em moradias das classes A e B, o acesso é quase universal, mas para as classes D e E está abaixo de 50%. Outros dados mostram que um a cada quatro brasileiros não usa a internet, o que produz um “deserto” de 47 milhões de não usuários (26%). Cerca de 58% dos cidadãos acessam a internet apenas pelo celular, que é o dispositivo mais usado pela quase totalidade das pessoas. Além disso nem todos os sites e sistemas de informação foram projetados para esse e outros dispositivos ou dispõem de recursos de acessibilidade que garantam o acesso por todos. Esses números demonstram que as populações vulneráveis, além de perder o acesso à educação, foram privadas de outras atividades fundamentais no cotidiano, que parte da população realizou via internet: (i) acesso serviços públicos, inclusive o auxílio emergencial; (ii) transações bancárias; (iii) trabalho remoto; (iv) acesso a notícias e informações relacionadas à saúde; (v) serviços de saúde; (vi) comunicação com familiares e amigos; e, (vii) entretenimento. A falta de acesso à internet de qualidade por parte expressiva da população neste período e a ausência de acessibilidade, demonstram como a comunicação e a informação são direitos fundamentais para o exercício da cidadania, e principalmente, para exercer os direitos à saúde e à educação. Cabe destacar que a PNAD/IBGE 2019 revela que 17,3% dos municípios brasileiros têm áreas de completo deserto de sinal de internet.

A educação em todos os níveis vem experimentando ao longo dos anos diversos retrocessos. Segundo a ANPAE 2020, houve uma mudança na regulação estatal, orientada pela noção de quase-mercado, que se expressa, por exemplo, em políticas traduzidas pelo contingenciamento dos recursos investidos na educação, na restrição da gestão democrática nas escolas públicas, que, entre outros aspectos, reduz a participação dos sujeitos nos processos decisórios, e a competição como fator de incremento da qualidade educacional, entre outros.

Na educação sustentável, o relatório Luz 2021 aponta um cenário preocupante, em que de dez metas, sete estão em retrocesso, duas ameaçadas e uma estagnada. Durante a pandemia, ficaram evidentes as dificuldades dos alunos mais carentes de conseguir assistir aula on-line, principalmente para uma população que não tem acesso à internet de qualidade ou nenhum acesso à internet.

Em relação à pós-graduação, o relatório da Unesco – “A corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente” (2021) - indicou que a redução de bolsas e a queda no investimento em pesquisa e desenvolvimento nas empresas ameaçam o futuro do sistema nacional de ciência e tecnologia e inovação (SNCTI). Especialistas criticam o ataque às pesquisas e à autonomia científica alegando que o problema é que o negacionismo em curso se transformou em uma política de Estado. O estudante pesquisador precisa ser remunerado pelo seu trabalho, sendo a bolsa – cujo valor no país está congelado há anos - um investimento para a sua formação. Considerando que os estudantes da pós-graduação participam da produção de 90% da pesquisa científica realizada no Brasil, fortalecer a pós-graduação é defender a ciência brasileira. A pandemia vem evidenciando que a ciência é a resposta, mas essa resposta precisa de tempo, de pessoal altamente qualificado e de financiamento adequado e permanente.

3 - CONTEXTO INSTITUCIONAL

A trajetória recente da Fiocruz foi marcada por importantes desafios institucionais, incluindo o enfrentamento de emergências e desastres em saúde, como as epidemias de dengue, febre amarela, Zika, Chikungunya, os rompimentos das barragens da Vale, em Mariana e Brumadinho (MG), o derramamento de petróleo cru no litoral da região Nordeste, entre outras. Mais recentemente, a pandemia de Covid-19 exigiu da instituição uma atuação ativa em diferentes áreas, com a ampliação do setor produtivo, educacional, de serviços, de inovação e de intercessão e diálogo com a sociedade. O contexto tencionou a capacidade institucional e exigiu novas formas de gestão, celeridade no desenvolvimento de soluções e uma agenda estratégica orientada pelos problemas do Sistema Único de Saúde, diante de um quadro de escassez de recursos para o setor, ambiente político conturbado e uma pandemia que colocou à prova ou mesmo colapsou os sistemas de saúde de todo o mundo. Diante deste quadro, a Fiocruz tem reafirmado seu papel estratégico para a sociedade brasileira.

A unidade institucional, a defesa da integralidade na resposta, a capacidade de atuação e a articulação interinstitucional foram os alicerces para que a Fiocruz pudesse avançar em um dos contextos mais desafiadores da sua história.

A sinergia do Sistema Fiocruz foi reforçada pelo debate democrático e gerador de consenso no VIII Congresso Interno (2017), quando foram definidas 11 teses estruturantes. O Conselho Deliberativo da Fiocruz, por sua vez, aprovou por unanimidade e com apreciação das Câmaras Técnicas e instâncias relacionadas, diversas políticas e programas para a direcionalidade e integração institucional (Política de Inovação - 2018; Política de Internacionalização do Ensino - 2017; a Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos - 2018; a Política da Fiocruz para Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência – 2019; o Programa Institucional Violência e Saúde, Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS) – 2019; Programa Saúde, Ambiente e Sustentabilidade da Fiocruz (FioPROSAS)

- 2020; Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz - 2018; Política de Memória Institucional da Fiocruz - 2020; Política de gestão, compartilhamento e abertura de dados para pesquisa - 2020; Política de Divulgação Científica – 2020; Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação 2021/2025 - 2020; Política de Divulgação Científica – 2021).

Destaca-se ainda, o papel da Fiocruz como Escola de Governo na formação para o SUS, o que reforça as pós-graduações stricto sensu e lato sensu (especializações e residências), a educação técnica em saúde e os cursos de qualificação profissional, visando à educação permanente para o SUS.

As atividades educacionais estão presentes em todas as unidades e escritórios da Fiocruz, constituindo campo em ampliação e diversificação, intimamente ligado à pesquisa aplicada às políticas públicas. A articulação e integração crescente entre as diversas iniciativas educacionais apontam para o funcionamento de uma “escola em rede”, com seus balizadores construídos e pactuados coletivamente no Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação (PDIE) 2021-2025. A modalidade Educação a Distância (EAD), por facilitar e ampliar o acesso a ofertas educacionais de interesse regional, nacional e internacional tem recebido atenção crescente, com destaque para a expansão do Campus Virtual Fiocruz, com

a proposta de educação aberta e gratuita de grande alcance, e criação de iniciativas inovadoras como o Portal Educare, de apoio à atuação dos docentes. O apoio aos estudantes vem se fortalecendo desde 2017, com a criação do Centro de Apoio ao Discente e a diretriz do VIII Congresso Interno de se constituir uma política neste campo, o que vem se dando tanto pela regulamentação de políticas afirmativas de ampliação de acesso e permanência de estudantes na instituição, como pela discussão de balizadores de uma Política de Apoio ao Discente, em construção com o conjunto das unidades. No período pós-VIII Congresso também se acentuaram os debates e as iniciativas voltadas à formação docente, considerando os desafios relacionados a novos conhecimentos e atualização de perfis profissionais coerentes com os desafios presentes no cenário.

Diante das ameaças do desinvestimento público na educação superior e na pós-graduação no Brasil, a Fiocruz tem atuado como instituição de Estado na interlocução intersetorial com as IES, o MEC e a CAPES, de modo a fortalecer o sistema nacional da pós-graduação e potencializar seu impacto tanto científico e tecnológico, quanto econômico e social.

Nos anos de 2020 e 2021, foi reafirmado o sistema de governança democrática da Fiocruz, com a realização da mais expressiva eleição da história da instituição, com 91,6% de participação, e com as eleições das unidades e nomeação dos dirigentes ocorrendo em conformidade com o estatuto vigente.

Seguiu-se uma trajetória orientada pelo diálogo, escuta interna e com a sociedade. Diante de uma conjuntura difícil, foi reforçado o arco de alianças com estados e municípios, como a cooperação com Conass e Conasems, com o Conselho Nacional de Saúde, com outras instituições da saúde e da ciência e tecnologia e com o legislativo. O desafio é implementar uma agenda estratégica de C&TI em saúde, convergente com um projeto de desenvolvimento inclusivo e que promova a retomada do crescimento econômico e o bem-estar social.

A Fiocruz atuou de forma estratégica para as ações e políticas governamentais no campo da saúde, alcançando projeção nacional e internacional, com destaque pela capacidade de resposta às crises sanitárias. Nossa atuação nas emergências foi estruturante, com a produção recorde de 64 milhões de doses da vacina de febre amarela para o surto em 2020, o apoio ao enfrentamento do surto de sarampo em Roraima e a pandemia de Covid-19. O desafio se amplia na adoção de modelos preditivos de emergências.

Foi possível avançar na sustentabilidade e estabilidade orçamentária, o que permitiu preservação e avanços institucionais em contexto de restrições, como o fortalecimento dos laboratórios de referência e de vigilância em saúde, e o fomento e indução à inovação com a criação do Programa Inova, cujo modelo deve ser pensado na perspectiva dos próximos anos.

Importante conquista para a produção de insumos estratégicos para a saúde foi a Lei 13.801/2019, que permite à Fiocruz exportar vacinas e outros produtos com amparo legal da sua Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec). Com tal medida, obtida mediante atuação direta da Presidência da Fiocruz junto ao Parlamento, viabiliza-se que a instituição atenda o compromisso com a Organização Mundial da Saúde (OMS) no fornecimento de vacinas. Em perspectiva, associado ao avanço no projeto do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS) em Santa Cruz (RJ), o maior empreendimento em andamento do Governo Federal, a Fundação ampliará o fornecimento de produtos estratégicos para o sistema público de saúde, como vacinas e biofármacos, e atuará como um ator global no campo dos imunobiológicos. O objetivo é ampliar o acesso da população a produtos de alta qualidade, regulando preços, além de garantir a manutenção do

Programa Nacional de Imunizações (PNI). Configura-se, portanto, uma ação de preservação e ampliação das estratégias para redução da vulnerabilidade no Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

A maturidade de 120 anos de existência chegou juntamente com o desafio global da pandemia de Covid-19, uma crise sanitária e humanitária de impactos econômicos, sociais e ambientais que revelou os limites de prontidão dos governos e das instituições. Um contexto marcado por incertezas e desafios para o reequilíbrio da vida em sociedade, quando é preciso afirmar o direito universal à saúde e um modelo de desenvolvimento para o bem-estar social. A Fiocruz, durante a pandemia, demonstrou a capacidade de cumprimento de sua missão institucional de desenvolver CT&I resultando em ações sociais. O enfrentamento das emergências de saúde pública reforçou o compromisso da Fiocruz com as orientações do VIII Congresso Interno: ser uma instituição pública e estratégica de estado para a saúde, voltada para o fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, que coloca sua capacidade de desenvolvimento tecnológico e inovação para a sustentabilidade e a efetividade do SUS, e para os desafios da saúde global.

A Instituição tem se destacado no enfrentamento da pandemia de Covid-19. Na área de diagnóstico, entre as diversas ações pode-se citar: a capacitação de técnicos em saúde de nove países da América Latina no diagnóstico laboratorial do novo coronavírus; a produção de kits diagnóstico e a criação de centrais analíticas e serviços de apoio ao diagnóstico, que atendem mais de 40% da demanda do país; o apoio institucional na compra de insumos para diagnóstico junto aos LACENS; a destacada colaboração com a Anvisa e todo o Sistema de Vigilância Sanitária (SNVS) na avaliação dos imunizantes; o controle de qualidade dos insumos; e a organização da rede de vigilância genômica, que tem permitido a identificação e acompanhamento das variantes do vírus.

A Fiocruz coordenou no Brasil o ensaio clínico 'Solidarity' da OMS referente a medicamentos para a Covid-19 e atua na assistência à saúde, com destaque para a criação do Centro Hospitalar para a pandemia de Covid-19. Além disso, atuou na atenção à saúde das mulheres e crianças com Covid-19 por meio de seu instituto especializado e na Atenção Primária à Saúde, por meio de unidades próprias ou da atuação de seus docentes e residentes em unidades das redes municipais.

Na área de informação, produção e integração de dados sobre a pandemia, destacam-se a criação do Observatório Covid-19, a Rede Covida, o Infogripe e o MonitoraCovid-19, que analisam o contexto de evolução da epidemia. As iniciativas ganharam potência junto à sociedade a partir de estratégias de comunicação formuladas pelos núcleos de comunicação institucional das unidades, alinhados com a Coordenação de Comunicação Social (CCS) da Presidência.

Os números de visitas ao Portal Fiocruz reforçam a confiança nas informações produzidas por nossa instituição, o que pode ser constatado, uma vez que os totais de visitas saltaram de aproximadamente 500 mil acessos, em março 2019, para quase 3 milhões, no mesmo período de 2020 – quando é notificado o primeiro caso de morte por coronavírus no país. O aumento registrado foi de 600%. Com o desenrolar da pandemia e a chegada da vacina, as visitas ao Portal Fiocruz continuaram aumentando, alcançando um total anual de 20.855.116 em 2020 e de 23.250.588 até 15 de outubro de 2021.

Em relação às redes sociais, o aumento do número de seguidores foi significativo em praticamente todas as unidades e programas de comunicação. Postagens do Facebook da

Fiocruz alcançaram mais de 120 milhões de pessoas apenas no ano de 2020. O perfil dos seguidores também foi ampliado para vários segmentos da sociedade. As redes conseguiram levar informações para além de profissionais de saúde, cientistas e interessados em ciência.

Nas áreas de comunicação em saúde e divulgação científica, além da intensa atuação de pesquisadores da Fundação junto à mídia, foram produzidas campanhas, materiais informativos, matérias, vídeos, podcasts e programas televisivos, divulgados pelos meios de comunicação da Fiocruz – revistas, Canal Saúde, VideoSaúde – e pelas assessorias de comunicação, voltados a diferentes grupos da sociedade. Destaca-se que a ação de comunicação institucional tem papel importante em oferecer informação qualificada sobre a pandemia com base em evidências científicas, num contexto de incertezas e desinformação da sociedade.

Ainda relacionado ao contexto pandêmico e a necessidade de isolamento social da população como medida preventiva para evitar a maior transmissão da Covid-19, a Fiocruz buscou também por meio de diversas mídias sociais, presentes nas unidades e em outros setores, difundir ações de divulgação científica que associavam informações sobre a Covid-19, as descobertas das ciências e outras iniciativas culturais, numa tentativa de ajudar a população no enfrentamento do distanciamento social.

Na pesquisa, cabe ressaltar iniciativas como o Inova resposta rápida à Covid-19, o Inova Geração de Conhecimento em Covid-19 e o esforço do conjunto de pesquisadores e estudantes de pós-graduação em reorientar seus estudos para a compreensão das características do vírus, da doença e da pandemia, nos vários campos de conhecimento em que a Fiocruz atua, da pesquisa básica à social.

Na educação, foram realizadas capacitações e lançados numerosos cursos de qualificação dos profissionais do SUS voltados ao enfrentamento da pandemia, abrangendo manejo clínico da doença, vacinação, e organização da atenção a populações vulneráveis (idosos, indígenas, pessoas nas prisões).

O sistema de educação da Fiocruz demonstrou capacidade de organização e adaptação para garantir a qualificação necessária aos profissionais da linha de frente, bem como conseguiu manter o vínculo com seus educandos e educadores mesmo nos momentos mais extremos da pandemia. Para tanto, desenvolveu orientações para Educação Remota Emergencial, via apoio e preparação de docentes por meio de cursos, encontros virtuais, treinamentos e guias de ferramentas educacionais online, dentre outras iniciativas, além de garantir apoio aos discentes, por meio de Programa de Inclusão Digital, orientações para apoio psicológico, extensão da vigência de bolsas e diretrizes gerais pactuadas com unidades e estudantes.

Outro ponto que merece distinção é o papel desempenhado pelas mulheres na ciência durante esta pandemia, que têm estado à frente de ações de destaque nos vários segmentos relacionados ao enfrentamento da Covid-19, alcançando amplo reconhecimento público.

O programa Unidos Contra a Covid-19 foi criado para apoiar as ações em curso, financiado por um fundo de doações de empresas, institutos, pessoas físicas e poder judiciário. Ressalta-se que a Fiocruz demonstrou, durante a pandemia, importante capacidade de captação de recursos privados.

Igualmente importante tem sido o apoio a organizações da sociedade civil em territórios periféricos. A partir do programa, foi realizada uma chamada pública que financiou 147

projetos de organizações populares em todo o país voltados para ações contra a Covid- 19, com resultados significativos para populações indígenas, quilombolas, favelas, entre outras, no enfrentamento das desigualdades e no controle da pandemia. Exemplos como o projeto Conexão Saúde em Manguinhos e na Maré, evidenciaram a importância da colaboração direta com a sociedade civil em ações inovadoras no campo da saúde, seguindo os princípios do SUS. Essa atuação evidencia a necessidade de fortalecimento da cooperação social da Fiocruz com base nos novos desafios da sociedade, a partir do contexto pandêmico e da reorganização da dinâmica social.

A produção da vacina contra a Covid-19, fruto de um acordo de encomenda tecnológica com a biofarmacêutica britânica AstraZeneca e a Universidade de Oxford, permitiu avançar na produção nacional do imunizante e significou esperança para a população diante da pandemia, uma conquista que reforça a soberania nacional. Ainda no campo das vacinas, a Fiocruz foi selecionada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como centro para desenvolvimento e produção de vacinas com tecnologia de RNA mensageiro na América Latina.

Ressalta-se a participação da Fiocruz no contexto da Vigilância Sanitária através das ações de controle da qualidade de produtos utilizados no enfrentamento da pandemia, incluindo as vacinas Covid-19 para atendimento às necessidades do SUS.

A Fiocruz recebeu reconhecimento público da imprensa e do parlamento, como a Lei 14.196/21, que confere o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública para a Fiocruz. A presença da Fiocruz na mídia com notas oficiais e entrevistas de especialistas orientou a sociedade, o que evidenciou a reputação da Fundação como instituição de consistência científica e de resultados no enfrentamento das crises sanitárias e de interlocução com a sociedade.

Diante da epidemia de Covid-19 e da iminência de eventos futuros de toda natureza, é necessário fortalecer o papel da Fiocruz como instituição central do “*Preparedness*” para emergências em saúde pública no Brasil, consolidando seu papel de inteligência para o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e como ator da saúde global. Neste sentido, destacam-se o controle de endemias, a gestão de saúde nas fronteiras e a integração dos projetos institucionais para o controle de vetores. Nesse contexto de incertezas ainda marcado pela pandemia, deve-se cuidar da agenda institucional com integração de todas as áreas finalísticas e de gestão.

Ainda sobre o “*Preparedness*”, a OMS, em observação ao Regulamento Sanitário Internacional, recentemente criou um Comitê de Preparação ao Enfrentamento de Novos Patógenos. A Fiocruz já tem assento nesse comitê e, nesse sentido, deve, como instituição estratégica de estado, participar junto com o Ministério da Saúde da revisão da capacidade nacional instalada para esse enfrentamento e, particularmente, ter, em sua estrutura, área adequada ao nível de biossegurança requerida para cada patógeno a ser manipulado em laboratório.

A Fiocruz também seguiu ampliando seu papel na cooperação internacional, com participação estratégica na saúde global junto aos fóruns multilaterais. A Fiocruz participa das reuniões de direção da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a pandemia. Em 2020, foi designada como referência da OMS em Covid-19 para as Américas. O desafio no âmbito das relações internacionais da Fiocruz passa pelo fortalecimento do seu papel e definição de uma agenda estratégica da saúde global, o que implica avançar no modelo de internacionalização das

ações institucionais de CT&I da Fundação, orientados, em especial, pelas diretrizes da Agenda 2030.

Diante de tantas conquistas e desafios produzidos pela pandemia de Covid-19, observa-se também impacto nas formas de organização do trabalho. O momento nos desafia a repensar as regras de convivência, a saúde do trabalhador, a ressignificação dos espaços e processos, e as perspectivas para o trabalho a distância. Destacam-se, por ocasião da pandemia, os especiais apoios fornecidos aos trabalhadores e alunos pela Fiocruz que foram desde o acolhimento até os auxílios tecnológicos.

Apesar dos inúmeros avanços e do fortalecimento da atuação e da imagem institucional, alguns desafios internos precisam ser enfrentados.

Sem dúvidas o Programa Inova trouxe novas perspectivas para o campo da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico da Fiocruz. Mas a própria pandemia mostrou o quanto o Brasil e a Fiocruz ainda são dependentes das tecnologias desenvolvidas nos países do hemisfério norte. Além disso, o mundo está dependente do continente asiático, notadamente da China e Índia, produtores não só dos insumos, mas de grande parte dos equipamentos essenciais para a assistência. A resposta da Fiocruz no campo da vacina, ainda que exemplar e inovadora, se deu a partir da transferência de tecnologia desenvolvida no Reino Unido. É preciso, portanto, aprofundar a análise das causas da defasagem e perseguir maior capacidade de inovação autóctone.

Também é importante compreender a defasagem interna quando se comparam as exigências do Complexo Econômico e Industrial da Saúde 4.0 (CEIS 4.0), com novas abordagens e ferramentas, como inteligência artificial, big data, internet das coisas, robótica, entre outras, e as condições estruturais internas.

Da mesma forma, há uma defasagem quanto ao acompanhamento da transformação digital ocorrida no mundo, para as várias áreas tanto finalísticas quanto administrativas.

O momento é de oportunidade para a atualização do desafio institucional, com foco na transformação digital, na revolução científica e tecnológica em curso, orientados pela preparação da instituição para enfrentar as mudanças no quadro demográfico e epidemiológico, pela preservação e avanço do SUS frente aos desafios atuais e do futuro e pelo fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação a serviço da sociedade brasileira.

No campo da gestão de pessoas, fruto da política de ajuste fiscal, reforma previdenciária e redução do tamanho do Estado, ocorreu no período recente uma perda significativa de servidores públicos. Aliado a isso, uma série de medidas governamentais (reforma trabalhista, da previdência, lei das terceirizações) e dos órgãos de controle tem prejudicado a capacidade institucional de gerenciar os contratos de terceirização, gerando instabilidade na força de trabalho. Além disso, também persistem na instituição diferenças significativas na forma de gestão de pessoas entre as unidades, o que gera, muitas vezes, competições por migrações internas não coordenadas.

Há de se ressaltar que o contexto é de dilemas importantes para o serviço público, marcado pela reforma administrativa em curso com a PEC 32, que propõe mudanças severas na vida funcional.

O desafio é consolidar a política de gestão de pessoas da Fiocruz e alcançar as competências humanas necessárias ao desenvolvimento institucional, num contexto de transformação das

relações de trabalho, baseados no enfrentamento de todas as formas de desrespeito às diversidades e ampliando o conceito de felicidade e promoção de um ambiente saudável na vida institucional. E ainda, reforçar as diretrizes para formação de líderes, com base nos princípios e valores institucionais, associado a um novo modelo de organização orientado por serviços e cadeia de valor para a sociedade. Cabe ainda destacar a necessidade da busca pela excelência gerencial, mediante o emprego de metodologias ágeis que incorpore soluções inteligentes, reduza tempo, otimize etapas e automatize processos, com capacidade de suportar a missão institucional, em sua agenda de melhoria contínua e inovação.

Com o crescimento das atividades institucionais no decorrer dos anos, apresenta-se um cenário de esgotamento de sua infraestrutura, em diversos segmentos. Muito embora tenha ocorrido ações para enfrentamento da pandemia que tenham dado soluções a problemas históricos no campo da pesquisa, persistem fragilidades tanto de infraestrutura predial quanto dificuldades de gestão, logística e operações, questões essas que impactam o pleno desenvolvimento das áreas finalísticas.

Em que pese o sucesso da política de gestão orçamentária recente, que permitiu à instituição avançar mesmo diante de um cenário de redução de gasto público, é evidente que em um cenário pós-pandemia, não só pelas políticas gerais, mas também pelas características internas, a Fiocruz enfrentará problemas de sustentabilidade. Daí a importância de medidas internas orientadas por esta preocupação, em especial as relacionadas à integração, compartilhamento e coordenação de ações mediante plataformas de gestão.

O desafio está ancorado numa estratégia que reforce o Plano Quadrienal da Fiocruz numa visão prospectiva e integrada dos projetos institucionais (e.g., as sedes das unidades, a infraestrutura da pesquisa e o CIBS), visando o fortalecimento da sua missão, considerando, em especial, formas alternativas de financiamento permeáveis ao desenvolvimento pleno da CT&I em saúde do país e a consolidação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS). O Plano Diretor da Fiocruz precisa ser atualizado, com base em novas perspectivas sobre espaços, processos e fluxos de trabalho provocados pela pandemia de Covid-19.

Para tanto, tem sido fundamental o reforço da agenda prospectiva para subsidiar um projeto nacional pela Fiocruz como instituição estratégica de Estado, aprimorar os mecanismos de identificação das questões de impacto no debate nacional e internacional para a construção de uma agenda institucional que contribua para as políticas públicas, articulando os desafios futuros do SUS com a agenda institucional.

Por fim, o aspecto mais central e de caráter estrutural relaciona-se à proposição de uma instituição estratégica de Estado para a saúde e as condições jurídico- institucionais para o exercício de tal papel. Em que pese todo o crescimento e destacado papel dos anos recentes, a Fiocruz tem vivido momentos de risco à sua integralidade, à sua sustentabilidade e à manutenção do seu modelo de governança participativa, superados graças à capacidade institucional de atuar em rede e à capacidade de resposta. Por isso, torna-se imperativo que a Fiocruz alcance um estatuto que lhe assegure a estabilidade, a autonomia político-administrativa, incluindo a estrutura orçamentária e financeira, bem como amplie a sua sustentabilidade diante dos desafios do desenvolvimento institucional, considerando os limites dos modelos propostos em perspectiva para o funcionamento da administração pública.

4 – QUESTÕES ESTRATÉGICAS PARA A INSTITUIÇÃO

A análise de contexto realizada indica questões centrais para o desenvolvimento institucional e para a construção da Fiocruz do futuro, que orientaram o desenvolvimento das teses e diretrizes do IX Congresso Interno, como segue:

1. Como contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, SUS, reforçando o elo integrador e indissociável entre Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), sistemas públicos e universais de saúde e sociedade?
2. Diante do entendimento de que a saúde se transformou em elemento importante da agenda global, qual é a estratégia de atuação internacional para os próximos anos?
3. Considerando o papel de instituição pública e estratégica de Estado e a sua missão, como a Fiocruz pode reorganizar seu sistema de CT&I e ampliar sua capacidade de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação de modo a contribuir continuamente para o desenvolvimento sustentável e a consolidação da democracia com equidade?
4. Em que sentido deve se dar a atualização da agenda científica de futuro da Fiocruz, de modo a se manter alinhada aos desafios da sociedade na redução das desigualdades e às novas formas de produção da ciência?
5. Que mudanças precisam ser introduzidas na infraestrutura e nos processos de trabalho para o enfrentamento das transformações na base técnico-científica, convergentes com a nova realidade do CEIS e com as necessidades de fortalecimento e ampliação do SUS?
6. Como potencializar a atuação da Fiocruz no combate à fome e às desigualdades e iniquidades sociais em suas múltiplas dimensões, como aquelas relacionadas a gênero, raça, classe social e geracional, entre outras?
7. Como a Fiocruz enfrentará os novos desafios relacionados às mudanças no mundo do trabalho para atender à sua missão institucional e garantir resultados positivos para a sociedade e melhores condições de trabalho para os seus trabalhadores e trabalhadoras?
8. Que estratégias adotar para aperfeiçoar a gestão democrática e alcançar maior autonomia, estabilidade e sustentabilidade institucional?
9. Como a Fiocruz deve abordar a determinação socioambiental da saúde que vem crescentemente incidindo no processo saúde-doença, nas escalas local, nacional e global, articulando-se com a Agenda 2030 de forma a consolidá-la como estratégia institucional, e potencializar a contribuição da instituição para a sua realização, com base em suas competências em educação, pesquisa, tecnologia, inovação, vigilância em saúde, cooperação e diálogo com a sociedade?
10. Como a Fiocruz expressará seu compromisso democrático, ao promover diálogo permanente sobre saúde, CT&I e cidadania com diferentes segmentos da sociedade brasileira, de forma horizontal, acessível e respeitando as especificidades de cada grupo social?

5 – TESES APROVADAS

TESE 1

A Fiocruz, instituição pública estratégica de Estado para a saúde, mobiliza todo o seu arcabouço material, social e intelectual para um amplo movimento em favor de melhores condições de saúde da população e do Sistema Único de Saúde (SUS), universal, público, equânime e de qualidade. Para isso, amplia permanentemente sua capacidade de desenvolver pesquisa e oferecer serviços e soluções científicas, tecnológicas, educacionais, informacionais e comunicacionais, de forma inclusiva e em processos participativos.

QUESTÃO

Como contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), reforçando o elo integrador e indissociável entre Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), sistemas públicos e universais de saúde e sociedade?

DIRETRIZES

1. Adequar permanentemente a agenda institucional voltada para o fortalecimento do SUS, ampliando e formalizando parcerias com as diversas instâncias do Ministério da Saúde e do Executivo federal, dos órgãos legislativos, do Judiciário, conselhos de gestão do SUS (Conass, Conasems), secretarias estaduais e municipais de Saúde, instâncias de controle social (Conselho Nacional de Saúde e demais conselhos), associações e organizações de saúde e de CT&I, associações de pacientes/usuárias e usuários, profissionais da saúde, sindicatos e outros atores, incluindo os movimentos sociais das populações socialmente invisibilizadas e vulnerabilizadas. Com igual propósito, de contribuir para o fortalecimento do SUS, formalizar parcerias com agências internacionais, instituições e empresas estrangeiras nos campos da pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e de produção de bens e serviços para a saúde.
2. Fortalecer a participação dos movimentos sociais – populares, estudantis, sindicais, ambientais, indígenas, negros, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, de mulheres, LGBTQIA+, de pessoas com deficiência e outros, considerando a diversidade étnico-racial e de gênero, a diversidade da funcionalidade dos corpos e a diversidade sociocultural e territorial do país – na construção de suas políticas institucionais e na luta pela defesa do SUS.
3. Ampliar a atuação junto ao Legislativo e a agências reguladoras, principalmente quanto aos marcos legais, buscando defender projetos que visem à consolidação, ao aperfeiçoamento e à modernização do SUS, do Sistema Nacional de CT&I e das políticas de proteção social, inclusive aquelas relativas ao enfrentamento das emergências em saúde pública, bem como atuar de modo crítico diante de projetos que ameacem essas políticas.
4. Estruturar, impulsionar e coordenar mecanismos institucionais de observação permanente de políticas públicas de saúde, de CT&I e intersetoriais, avaliando seus impactos na saúde da população brasileira e no SUS, denunciando retrocessos e propondo alternativas de superação de entraves.

5. Fomentar a agenda prioritária da Fiocruz do Futuro, voltada para a participação da instituição no desenvolvimento da CT&I para o SUS, com ênfase na determinação socioambiental da saúde, na garantia de direitos, no atendimento das demandas da sociedade e no monitoramento permanente do quadro epidemiológico, sanitário, demográfico, ecológico e ambiental.
6. Ampliar o papel da Fiocruz na oferta educacional pública, crítica e inclusiva, orientada pela participação de distintos atores neste processo, em atendimento às necessidades do SUS e do sistema de CT&I, articulando as iniciativas da instituição, intensificando as parcerias com as redes públicas de ensino e pesquisa, valorizando abordagens educacionais e tecnologias inovadoras e sustentáveis, bem como contemplando tecnologias oriundas de culturas tradicionais.
7. Desenvolver estratégias técnico-políticas de cooperação interinstitucional de base territorial, com estados e municípios, vinculadas às ofertas educacionais e de serviços para o SUS, de modo integrado, articulando as competências das unidades/escritórios da Fiocruz às dos parceiros locais.
8. Investir no complexo assistencial, mapeando e fomentando a integração dos serviços de saúde da instituição nas suas diversas modalidades de atenção, diagnóstico e controle de qualidade dos laboratórios de referência, na perspectiva da atenção integral à saúde.
9. Ampliar e fortalecer a atenção à saúde de referência prestada pela Fiocruz na área de doenças infecciosas, bem como nas áreas de saúde da mulher, da criança e do adolescente, da pessoa com deficiência, da população trans, negra, indígena e de outros povos e comunidades tradicionais, contemplando práticas integrativas, a medicina tradicional indígena e de outros povos e comunidades tradicionais. É mandatório aliar elevado padrão técnico-científico e a capacidade de produzir inovação na perspectiva de desenvolver padrões de referência e de formular políticas para o campo. Além disso, a atenção à saúde ofertada pela instituição deve valorizar a intersetorialidade e considerar a diversidade, assim como o cuidado integral centrado nas pessoas.
10. Desenvolver estratégias de promoção e atenção à saúde que valorizem as práticas de saúde dos povos originários e comunidades tradicionais.
11. Aplicar as competências da Fiocruz de forma integrada com vistas a ampliar sua capacidade de resposta às demandas do SUS e às situações de emergência em saúde pública, garantindo a infraestrutura necessária de CT&I para essa finalidade.
12. Fortalecer a atuação institucional da Fiocruz no sistema de vigilância em saúde nas áreas de atenção, pesquisa e formação, em articulação com os demais órgãos públicos e atores sociais, integrando o conhecimento oriundo da vigilância popular em saúde e das vigilâncias genômica e imunológica, bem como do manejo de grandes volumes de dados (*big data*).
13. Atuar como referência nacional para as questões relativas ao controle da qualidade de produtos, ambientes e serviços em conformidade com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
14. Contribuir para a formulação de políticas públicas, para a consolidação de estratégias em redes de atenção à saúde, para a pesquisa, formação e organização de serviços, visando à garantia dos cuidados necessários aos sujeitos acometidos direta ou

indiretamente pelas consequências e sequelas da Covid-19, da zika e de outras doenças infecciosas e agravos, de modo articulado ao financiamento e à política de CT&I para este fim, e considerando as especificidades dos grupos populacionais.

- 15.** Investir na produção de conhecimentos e metodologias que revigorem a atenção primária em saúde baseada no modelo territorializado de cuidado integral à saúde, com ações intersetoriais em redes de atenção, com vistas a garantir a saúde e o bem-estar das pessoas ao longo do ciclo de vida.
- 16.** Robustecer, no campo da atenção primária em saúde, a área da promoção da saúde, com foco na abordagem das violências, da saúde mental e dos marcadores sociais das desigualdades nos territórios.
- 17.** Desenvolver estratégias de comunicação, em linguagem simples e acessível, com amplo alcance popular e com diferentes segmentos da sociedade, que sejam mais assertivas na defesa do Sistema Único de Saúde, combatendo notícias falsas, favorecendo a circulação do conhecimento e o exercício da cidadania, e ainda contribuindo para maior participação das instâncias de controle social nas definições dos rumos, das políticas e diretrizes do SUS. Para isso a instituição se mantém aberta às manifestações e às demandas dos diferentes grupos sociais, dialoga com a sociedade nos diferentes territórios e respeita os saberes locais.
- 18.** Estimular a dimensão da memória do SUS e de sua trajetória no cenário social brasileiro, entendendo memória como elemento de coesão e identidade social com significativo potencial para fortalecer a imagem do SUS e sua apropriação pela população.

TESE 2

A Fiocruz, ator global em saúde, contribui com seu posicionamento político no cenário internacional para o desenvolvimento de estratégias de cooperação com redes globais de saúde e intersetoriais, com entidades multilaterais e plurilaterais e com sistemas nacionais de saúde, com vistas ao fortalecimento de políticas públicas e ações sanitárias mundiais inclusivas e equânimes, que permitam respostas de larga escala no enfrentamento de crises globais. Da mesma forma, contribui para o desenvolvimento, incorporação e compartilhamento de inovações científico-tecnológicas em saúde, na perspectiva da cooperação solidária que busca reduzir assimetrias internacionais e promover sociedades sustentáveis. Destaca-se, ainda, sua participação na implementação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

QUESTÃO

Diante do entendimento de que a saúde se transformou em elemento importante da agenda global, qual é a estratégia de atuação internacional para os próximos anos?

DIRETRIZES

1. Promover a atualização permanente da agenda estratégica das atividades de C&TI da Fiocruz, ampliando sua atuação internacional por meio de projetos conjuntos de desenvolvimento científico e tecnológico sustentável, para incrementar a autonomia nacional e viabilizar a redução da dependência de importação de produtos, insumos e conhecimentos de instituições estrangeiras.
2. Elaborar e implantar uma política institucional de internacionalização de CT&I que favoreça a inserção integrada das ações da Fiocruz nas áreas de educação, pesquisa, assistência, produção, desenvolvimento tecnológico e inovação, priorizando ambientes de densidade científica e tecnológica, com o objetivo de induzir maior avanço da ciência, assim como de desenvolver e incorporar novas tecnologias, infraestruturas e produtos de interesse do SUS.
3. Promover o desenvolvimento estratégico do setor acadêmico e das áreas da ciência e tecnologia; e fomentar processos solidários e interculturais para o desenvolvimento de sistemas de saúde e de CT&I em saúde com países de maior fragilidade econômica e social, respeitando a autodeterminação dos povos e países.
4. Promover ações de inserção internacional do sistema de CT&I da Fiocruz voltadas para o desenvolvimento e a apropriação de tecnologias e produtos de interesse do SUS e dos sistemas de saúde dos países em desenvolvimento, mediante a constituição (organização e compartilhamento) de laboratórios no exterior, em centros de excelência científica e tecnológica, sem comprometimento dos investimentos necessários à manutenção e à modernização das unidades no território nacional.
5. Robustecer a cooperação Sul-Sul com a implementação de programas estruturantes, laboratórios, centros de referência e/ou escritórios em parceria com instituições científicas, tecnológicas, de assistência e acadêmicas estrangeiras ou com representação no exterior.

6. Intensificar a inserção da instituição no desenvolvimento e produção de insumos e tecnologias para a saúde no cenário internacional, em especial para a América Latina e a África, atuando como um polo de desenvolvimento, produção e transferência de tecnologias.
7. Reforçar o papel da Fiocruz na internacionalização da educação, empreendendo um vigoroso programa de formação, qualificação e alocação temporária de trabalhadores no exterior, por meio de acordos internacionais, tanto para o desenvolvimento de projetos assistenciais, científicos, tecnológicos e de gestão quanto para a formação em áreas estratégicas, considerando sempre a promoção de equidade (de gênero, raça, etnia, classe social e diversidade funcional) na distribuição de oportunidades.
8. Impulsionar ações de fomento a programas de cooperação bilaterais ou multilaterais, em especial a cooperação Sul-Sul, visando a novas parcerias entre Fiocruz e outras instituições de assistência, produção, pesquisa e ensino, bem como órgãos de governo, além de consolidar cooperações já existentes, por meio de propostas de pesquisas integradas e colaborativas, em temas de interesse estratégico para o cumprimento da missão da instituição.
9. Consolidar parcerias internacionais nas diversas áreas de atuação da Fiocruz, para impulsionar sistemas públicos de saúde e de C&TI no contexto da cooperação estruturante em saúde, fomentando a participação de diferentes grupos sociais.
10. Reforçar o papel da Fiocruz na diplomacia da saúde, com base na estratégia de internacionalização da instituição e ênfase na cooperação estruturante, na atuação em rede e na defesa dos sistemas universais de saúde, guiada pelos princípios da universalidade, da solidariedade internacional e da equidade, de modo a reduzir as assimetrias internacionais em saúde.
11. Reforçar o papel da Fiocruz como uma das lideranças, nos cenários nacional e regional, com vistas à concepção e à implementação dos objetivos da Agenda 2030, tendo como lemas “Não deixar ninguém para trás” (interdependência entre as nações e redução da pobreza em todas as suas formas e dimensões) e “Nada sobre nós sem nós” (as ações envolvendo grupos socioambientalmente vulnerabilizados e/ou invisibilizados devem garantir a participação ativa destes em todos os processos).
12. Consolidar os laboratórios internacionais, centros colaboradores e de conhecimento da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS) já existentes na Fiocruz, bem como induzir e apoiar o ingresso de novos grupos da Fundação nessas categorias, além de estruturar ações integradas entre eles e outros centros, para o estabelecimento de uma agenda estratégica no âmbito da saúde global.
13. Monitorar constantemente o cenário global de saúde em busca de indícios de novos focos de doenças que possam se tornar epidêmicas/pandêmicas e propor ações e soluções articuladas com suas unidades técnico-científicas, a fim de desenvolver novos conhecimentos, tecnologias e produtos para o combate a essas doenças, bem como modelos preditivos, ações efetivas de vigilância em saúde e alertas em tempo real, que sensibilizem as autoridades sanitárias acerca do risco potencial, além de apoiar ações para seu enfrentamento.
14. Instituir um programa de qualificação estruturado para investigação epidemiológica com foco em saúde global, observando o impacto causado por transformações em diferentes planos, inclusive o aceleração das mudanças e emergências climáticas, principalmente na América Latina.

15. Robustecer a articulação da Fiocruz com instituições internacionais que promovam a Ciência Aberta (acesso aberto e dados abertos) sem prejuízo à proteção adequada do conhecimento produzido na instituição, quando aplicável, valorizando os saberes tradicionais e a ecologia de saberes.
16. Impulsionar a construção de estratégias nacionais e internacionais vinculadas aos desdobramentos e compromissos da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030).
17. Buscar o protagonismo no atendimento às demandas para fornecimento de vacinas, medicamentos e outros insumos em saúde em situações de emergência sanitária na esfera mundial, reafirmando o papel da Fiocruz como parceiro estratégico da OMS em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e produção, sob a égide da solidariedade entre os povos, da redução das assimetrias em saúde, da ampliação do acesso e da regulação internacional.
18. Fortalecer a atuação dos laboratórios de referência internacional da Fiocruz junto à Opas e à OMS, avaliando a qualidade de produtos estratégicos para a saúde a serem disponibilizados a países da América Latina e da África para o enfrentamento de emergências sanitárias e doenças negligenciadas.
19. Incorporar na política de educação da Fiocruz projetos pedagógicos que contemplem no processo ensino-aprendizagem a ênfase na Agenda 2030, no papel geopolítico global da saúde, na convergência tecnológica, no Complexo Econômico e Industrial da Saúde e nas mudanças no mundo do trabalho e nas indústrias.
20. Articular as ações internacionais em conjunto com as políticas e diretrizes do sistema nacional de CT&I, com vistas a impulsionar as redes nacionais e o investimento nas cooperações nacionais.

TESE 3

A Fiocruz amplia seu potencial de gerar novos conhecimentos, serviços, produtos e processos para a sociedade, mediante pesquisa básica e aplicada, desenvolvimento tecnológico e produção, prospecção, investimentos, articulação dos diferentes componentes da cadeia de inovação e ações de educação, nos campos das ciências biomédicas e sociais, da assistência e serviços em saúde, da vigilância em saúde, do patrimônio cultural, da divulgação e popularização da ciência, da informação e comunicação, visando a uma sociedade sustentável, comprometida com o caráter público e universal do SUS e com a promoção dos direitos humanos.

QUESTÃO

Considerando o papel de instituição pública e estratégica de Estado e a sua missão, como a Fiocruz pode reorganizar seu sistema de CT&I e ampliar sua capacidade de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação de modo a contribuir continuamente para o desenvolvimento sustentável e a consolidação da democracia com equidade?

DIRETRIZES

1. Fortalecer, nas políticas institucionais de indução à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, mecanismos que estimulem a elaboração de projetos interdisciplinares e colaborativos que respondam aos problemas de saúde pública, incorporando, na medida do possível, métodos participativos e o diálogo intercultural com outros saberes existentes na sociedade.
2. Avançar na execução do programa Inova, bem como na oferta de outros programas institucionais de fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, implementando-os em alinhamento com as políticas institucionais e com o cenário da revolução científica e tecnológica em curso, de modo a fomentar continuamente o ciclo da cadeia de inovação em todas as áreas do conhecimento, orientado pelos desafios e demandas da sociedade e do SUS e valorizando a participação social.
3. Orientar a agenda institucional de indução à inovação, considerando tanto o portfólio prospectivo da Fiocruz quanto as demandas da sociedade e fortalecendo os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das suas unidades, de modo a potencializar a incorporação de produtos e serviços em saúde desenvolvidos na instituição.
4. Ampliar, diversificar e integrar a oferta educacional e a formação técnico-científica em todos os níveis na Fiocruz, de modo a contribuir para o desenvolvimento, a implementação e a qualificação de processos que resultem em novos serviços e produtos para o SUS, para o Sistema Nacional de CT&I e para a sociedade, de maneira inclusiva, equânime e emancipatória.
5. Consolidar e ampliar a infraestrutura de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e produção, priorizando recursos para projetos que impulsionem o Brasil no âmbito da revolução científica e tecnológica em curso e estimulem a integração entre as diferentes

áreas de atuação da Fiocruz, sempre respeitando os saberes e a dignidade dos povos e comunidades e os ecossistemas.

6. Regular a Política de Inovação da Fiocruz, valorizando o estabelecimento de ambientes de inovação em saúde, com vistas ao desenvolvimento de produtos, tecnologias e serviços para o SUS, respeitados os interesses e a decisão final da Fundação quanto aos modelos e ferramentas (por exemplo, aceleradoras, incubadoras, *startups*, *spin-offs* etc) a serem empregados para garantir a disponibilização das inovações ao SUS.
7. Robustecer e modernizar as coleções biológicas, os biobancos, os biorrepositórios, o Centro de Recursos Biológicos (CRB), as atividades em ciência em animais de laboratório, o uso ético de biomodelos animais, os processos de criação e experimentação animal e os métodos alternativos, inclusive as infraestruturas correspondentes e as ações de controle de qualidade e gerenciamento de riscos, reconhecendo sua importância para a pesquisa básica e translacional e para o desenvolvimento tecnológico, produção e inovação.
8. Fortalecer, ampliar e manter a capacidade institucional de gerir, integrar, disponibilizar e preservar dados de distintas fontes para gerar conhecimentos científicos e evidências para políticas públicas em prol da cidadania, da equidade e do interesse público, com base nos preceitos da Ciência Aberta.
9. Implementar políticas institucionais comprometidas com a Ciência Aberta e com os princípios da integridade em pesquisa, de forma a assegurar uma produção científica ética, transparente, responsável, robusta e dialógica, que contribua para a rediscussão dos sistemas de avaliação da ciência, adotando, de forma socialmente responsável, a livre circulação do conhecimento científico, na defesa de condições simétricas nas relações entre grupos editoriais, instituições de pesquisa e cientistas de diferentes países.
10. Fortalecer e divulgar ações que promovam a integridade na pesquisa e a reprodutibilidade de dados, além de ampliar os comitês de ética, garantindo celeridade nas análises e apreciações com respeito aos princípios de dignidade humana e bem-estar animal.
11. Promover a integração contínua entre os diferentes níveis e modalidades de formação nas e entre as diferentes unidades da instituição, favorecendo o intercâmbio de discentes e docentes, e incentivando eixos e disciplinas compartilhadas, com especial atenção a temáticas relacionadas às desigualdades e ao enfrentamento das iniquidades sociais.
12. Promover reflexões, debates, produtos, oferta de disciplinas e outras ações educativas sobre relações étnico-raciais e de gênero, iniquidades sociais, acessibilidade e inclusão nos programas de pós-graduação da Fiocruz, nos níveis *lato* e *stricto sensu*, favorecendo pesquisas que contemplem populações invisibilizadas e corrigindo condições desiguais na construção do conhecimento.

13. Intensificar o campo da divulgação científica e popularização da ciência, implementando e monitorando a Política de Divulgação Científica, de modo a facilitar a apropriação do conhecimento científico pela população; fomentar a aproximação entre a ciência e as necessidades da sociedade; viabilizar a participação da população nos temas científicos e tecnológicos; incentivar a produção compartilhada de conhecimentos com impacto no cotidiano das pessoas; e combater a desinformação científica.
14. Fortalecer as ações relacionadas à vigilância em saúde na Fiocruz, incluindo a avaliação de risco de produtos e processos de interesse para a saúde, os diversos serviços dos laboratórios de referência e os cursos oferecidos nessa área, buscando sempre acompanhar o cenário de inovação científica e tecnológica em curso.
15. Robustecer e garantir a infraestrutura necessária e buscar inovações na curadoria, na preservação e no acesso aos diversos acervos científicos e culturais da instituição, em suas modalidades física e digital, de modo a garantir que diferentes grupos sociais possam usá-los amplamente para diferentes fins, com equidade.
16. Intensificar a construção e consolidação de estratégias de produção de conhecimento, integrando os saberes populares e científicos no âmbito da pesquisa e da vigilância popular em saúde, promovendo a ciência cidadã.
17. Implementar políticas institucionais comprometidas com a promoção de educação ambiental crítica, de forma transversal, em todas as atividades educacionais da Fiocruz.
18. Fortalecer políticas de proteção e valorização dos saberes tradicionais em saúde (como aqueles oriundos de povos originários e quilombolas), considerando-os na busca de novas soluções para a sociedade.
19. Inovar no modelo de gestão tecnológica e nos processos de trabalho da Fiocruz para responder aos desafios vigentes nestes campos, promovendo a transformação do conhecimento gerado pela instituição em produtos e serviços inovadores que representem soluções eficientes em saúde.
20. Considerar o novo paradigma ecológico/biocêntrico e a preservação dos ecossistemas no âmbito da crise socioambiental, buscando a sustentabilidade e a equidade em processos de desenvolvimento e inovação de produtos para a saúde (fármacos, medicamentos etc) obtidos a partir da biodiversidade e promovendo a integração da *expertise* da Fiocruz com a de outras instituições brasileiras no trabalho em rede.
21. Ampliar e fomentar ações sobre temas como políticas de saúde, modelos de gestão, atenção primária à saúde, determinações socioambientais da saúde e promoção da saúde, com valorização da participação social e compromisso com a translação do conhecimento.
22. Fortalecer e divulgar ações que promovam integridade e reprodutibilidade em pesquisa, demonstrando a credibilidade das informações científicas institucionais.

TESE 4

A Fiocruz prioriza uma agenda científica estratégica alinhada aos desafios da sociedade e do Sistema Único de Saúde (SUS) e baseada em redes e plataformas sustentadas por moderna infraestrutura, tecnologias e modelos inovadores de produção e gestão da ciência e do conhecimento, contribuindo para a redução das desigualdades.

QUESTÃO

Em que sentido deve se dar a atualização da agenda científica de futuro da Fiocruz, de modo a se manter alinhada aos desafios da sociedade na redução das desigualdades e às novas formas de produção da ciência?

DIRETRIZES

1. Avançar na atualização sistemática da agenda de futuro da Fiocruz na área de pesquisa, tendo por base o enfrentamento dos desafios contemporâneos e os cenários globais para a saúde, que considerem: a) a expectativa de vida mais longa da população e as patologias crônico-degenerativas associadas; b) a globalização e suas consequências climáticas e ambientais; c) as transformações digitais e do mundo do trabalho; d) o surgimento ou reemergência de agentes patogênicos, epidemias e resistência de patógenos a fármacos; e) o surgimento de novos produtos com tecnologias não validadas; f) as transformações sociodemográficas, epidemiológicas e dos sistemas de saúde, e g) os problemas relacionados às desigualdades e às iniquidades sociais e à violência, no cenário nacional.
2. Investir em redes colaborativas com perspectivas multidisciplinares e interdisciplinares.
3. Ampliar o conhecimento no campo educacional, de modo a introduzir metodologias de ensino-aprendizagem de caráter crítico e emancipatório, baseadas nos princípios do desenho universal e incluindo recursos de tecnologia assistiva. Para isso, novas estratégias e abordagens pedagógicas devem ser estudadas e incorporadas, sempre de forma integrada, em diálogo com as demandas e os contextos sociais, e considerando a intersetorialidade e os desafios e oportunidades das novas plataformas de conhecimento advindas da revolução científica e tecnológica em curso.
4. Promover ações que reforcem o Programa de Vocação Científica (Provoc) em todas as suas dimensões.
5. Fortalecer e promover a criação e o uso de plataformas virtuais de colaboração científica, que gerem interação e cooperação científica e social, integrando instituições, pesquisadores, discentes, gestores e a população, na perspectiva da ciência cidadã, garantindo a participação paritária, com recortes de gênero, raça, etnia, classe socioeconômica e diversidade funcional dos corpos, entre outros.
6. Ampliar as ações que envolvem o futuro do SUS, com a inclusão, o monitoramento e a avaliação de tecnologias inovadoras, disruptivas, sociais e assistivas, que produzam novas formas de prestação de serviços; modernizem, estruturem e agilizem a produção de alertas precoces; e promovam o cuidado integral em saúde e a garantia de direitos.

7. Fomentar o direito universal à internet e ao acesso a novas plataformas de educação, informação e comunicação, aumentando a aproximação da Fiocruz com diferentes grupos sociais, respeitando seus saberes e culturas.
8. Disponibilizar conhecimentos e soluções tecnológicas que possibilitem o processamento integrado de informações geradas pelas políticas públicas, de modo que aspectos interseccionais, interdisciplinares, transdisciplinares e intersetoriais possam ser considerados para a análise de problemas de ordem global, regional, nacional, local e territorial.
9. Produzir sistematicamente pesquisas de avaliação da percepção pública sobre temas relacionados à atuação da Fiocruz, no âmbito central e de suas unidades, como componente estratégico para subsidiar políticas e estratégias institucionais, bem como ações de diálogo com a sociedade.
10. Avançar na construção de uma agenda permanente que viabilize a participação das populações mais atingidas pelas consequências de epidemias e pandemias na produção de conhecimentos e respostas às suas necessidades, na perspectiva da ciência cidadã.
11. Fomentar estudos e pesquisas que articulem saberes técnicos, científicos e tradicionais no desenvolvimento, implementação e avaliação de tecnologias sociais e ciência cidadã.
12. Incentivar, na agenda de futuro da Fiocruz, a investigação em rede e transdisciplinar de novos objetos de pesquisa relacionados aos desafios das ciências e da saúde na contemporaneidade, como a transformação digital e suas consequências, as mudanças e emergências climáticas, o negacionismo científico, a soberania e a segurança alimentar e nutricional, a agroecologia, as interfaces entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais, a saúde urbana e o futuro dos biomas brasileiros.
13. Ampliar a contribuição da Fiocruz em ciência, tecnologia e inovação no âmbito da segurança sanitária, da proteção ambiental e da sustentabilidade das cadeias e sistemas produtivos e de inovação.
14. Reforçar o trabalho em rede entre as unidades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e produção, enfatizando a transversalidade de projetos e processos, com o objetivo de gerar novos produtos para enfrentar os desafios sanitários.
15. Promover fóruns de discussão e avaliação de resultados de pesquisas da Fiocruz com a participação de movimentos sociais, influenciando a revisão permanente da agenda de pesquisa da instituição.
16. Promover os princípios e as diretrizes éticas concernentes à dignidade humana e ao bem-estar animal, que regem o desenvolvimento das pesquisas na Fiocruz, em consonância com a normativa brasileira e internacional, fortalecendo os comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), as comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs) e a Comissão de Integridade em Pesquisa.
17. Aprimorar continuamente os métodos de ensino, a infraestrutura e os meios comunicacionais que permitam a formação científica permanente, principalmente em tempos de emergência em saúde pública, assegurando a qualidade do ensino e priorizando a saúde física e mental de docentes e discentes.

TESE 5

A Fiocruz, como parte integrante do Complexo Econômico e Industrial da Saúde (Ceis), está continuamente preparada para dar sustentação ao SUS diante dos novos desafios advindos das transformações epidemiológicas, sociais, ambientais, políticas, econômicas e da CT&I, tendo como base os preceitos da sustentabilidade, da equidade social, da sociobiodiversidade e da dignidade dos povos e comunidades, buscando a soberania nacional do Ceis para reduzir as vulnerabilidades e promover o fortalecimento do SUS.

QUESTÃO

Que mudanças precisam ser introduzidas na infraestrutura e nos processos de trabalho para o enfrentamento das transformações na base técnico-científica, convergentes com a nova realidade do Ceis e com as necessidades de fortalecimento e ampliação do SUS?

DIRETRIZES

1. Fortalecer e ampliar o papel da Fiocruz na formulação de políticas públicas e nas atividades de prospecção, de modo a contribuir para que o país enfrente os novos desafios da revolução tecnológica no atual contexto, para a indústria e os serviços, considerando a perspectiva ecológica, preservando a dignidade humana e atentando para os potenciais riscos à saúde, em defesa da vida e da biodiversidade.
2. Implementar ações que contribuam para a interação da Fiocruz com o setor produtivo-industrial do Ceis e a realização de parcerias em projetos de inovação e produção, orientados para as necessidades do SUS, com ampla participação da sociedade civil, autonomia produtiva, sustentabilidade econômica e tecnológica, possibilitando o desenvolvimento e a produção de itens para consolidar uma política de saúde universal, equânime, soberana e segura.
3. Implementar projetos estratégicos voltados para pesquisa, inovação e desenvolvimento de imunobiológicos, fármacos, *kits* diagnósticos, medicamentos, biomodelos e bioprodutos, tornando estas tecnologias acessíveis à população brasileira por meio de parcerias estratégicas que invistam no Brasil para reduzir as vulnerabilidades e fortalecer o SUS, em especial no contexto de emergências sanitárias.
4. Implementar ações para que os serviços assistenciais e laboratórios de referência, as coleções biológicas e o controle de qualidade em saúde da Fiocruz sejam inseridos como componentes estratégicos do Ceis.
5. Aprimorar a pesquisa, a inovação e os serviços tecnológicos que intensifiquem e ampliem o atendimento às necessidades do SUS e do Sistema Nacional de CT&I, por meio do Ceis, utilizando plataformas integradoras da diversidade de fontes e sistemas de informação e protegendo o interesse público, em especial o das populações socialmente vulnerabilizadas.
6. Identificar as principais lacunas de atualização tecnológica nas diversas áreas de atuação da Fiocruz e implementar um plano de modernização e compartilhamento de plataformas tecnológicas, parques de equipamentos e trilhas de aprendizagem, amparada em uma política institucional de incorporação tecnológica comprometida com a inclusão e a

acessibilidade, baseada, sobretudo, em *software* livre e alinhada ao Plano Diretor de Infraestrutura dos Campi.

7. Estruturar um ambiente que fortaleça a capacidade de proposição de tecnologias e soluções para os desafios nacionais e globais de saúde, sobretudo na preparação para o enfrentamento de novas epidemias, considerando, em especial, aquelas associadas à deterioração do meio ambiente e suas consequências para os grupos socialmente vulnerabilizados.
8. Promover estratégias coordenadas e prover infraestruturas que ampliem o potencial da Fiocruz de desenvolver ou incrementar políticas e programas institucionais para estabelecimento de padrões, protocolos, ferramentas, tecnologias, gestão e curadoria; para fortalecimento da capacidade de armazenamento e processamento de dados; e para a sustentabilidade dos processos institucionais.
9. Identificar necessidades de formação e qualificação profissional para a atualização científica e tecnológica em PD&I, gestão, serviços de saúde e produção, ampliando as políticas de intercâmbio e estágios nacionais e internacionais para toda a comunidade da Fiocruz, incluindo discentes, docentes e trabalhadores nos diversos níveis de ensino, e promovendo estratégias educacionais inclusivas que, com suporte em projetos, observem as necessidades regionais e toda a diversidade.
10. Incentivar e fortalecer projetos colaborativos na Fiocruz, nacionais e internacionais, que ampliem a discussão sobre a bioética e a integridade na CT&I e na gestão; a capacidade de análise, processamento, armazenamento e segurança; a integração de dados (*big data*) a partir de uma arquitetura de informação sistêmica; a produção e monitoramento de indicadores e análises para subsidiar a tomada de decisão e a formulação de políticas públicas baseadas em evidências, em diálogo com a sociedade, gestores do SUS, Parlamento e outros atores sociais, com base em sistemas de informação seguros, robustos e que possam assegurar uma governança eficiente.
11. Prospectar iniciativas em saúde digital e construir estratégias de atuação da Fiocruz nesse âmbito, com base na análise crítica sobre acesso, limites e possibilidades na produção de cuidado integral à saúde e sobre efeitos na garantia de direitos e cidadania.
12. Promover a adequação da Fiocruz à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), à Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS) e à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), com base nas iniciativas em curso e desenvolvendo as competências instaladas.
13. Desenvolver ações de transformação digital, na perspectiva de ampliação de serviços, pesquisas, assistência, plataformas de ensino, fomento a espaços de simulação e habilidades realísticas, que valorizem a incorporação de tecnologias digitais em saúde em conformidade com os princípios do SUS.
14. Reforçar a integração administrativa e tecnológica dos sistemas de informação e a eficiência, eficácia e efetividade dos processos institucionais, mediante a disseminação do conhecimento normativo, o compartilhamento de dados, informações, sistemas, serviços e infraestrutura, e a proteção de conhecimentos produzidos em ambiente computacional, para alcançar ganhos de escala e qualidade, e diminuição do custo processual, com uma arquitetura que valorize a transparência e a integração das plataformas da Fiocruz, considerando sua presença nacional e respeitando as especificidades de suas unidades.

15. Fomentar ambientes indutores de inovação na Fiocruz, com processos, tecnologias, pessoas e estratégias em conformidade com a missão institucional, respeitando os preceitos da sustentabilidade e incentivando a cadeia de desenvolvimento científico e tecnológico do Ceis, na busca por soluções para os problemas que afetam a sociedade.
16. Promover e implementar estratégias de segurança da informação e comunicação que permitam apoiar ações de pesquisa e inovação nos serviços tecnológicos especializados do novo paradigma tecnológico, a fim de mitigar riscos estratégicos e operacionais.
17. Avançar, resguardando os valores institucionais e o bem público, na implementação das normativas contidas no Marco Legal da CT&I e em outras legislações voltadas para saúde digital, ciência de dados e ciência aberta, com o fortalecimento da Política de Inovação da Fiocruz e dos núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), incluindo orientações para o destravamento de soluções tecnológicas e para a parceria público-pública e público-privada, focada nos interesses do SUS equânime e democrático, e protegendo a privacidade dos dados pessoais dos cidadãos.
18. Instituir políticas educacionais que potencializem a pesquisa, a aplicabilidade e a tradução do conhecimento no contexto da atual revolução tecnológica em curso e aos desafios do Ceis e do SUS.
19. Fomentar tecnologias sociais em saúde associadas à ampliação da capacidade de suporte laboratorial para o monitoramento da população e das matrizes ambientais, possibilitando a elaboração de pesquisas, processos educacionais e projetos de intervenção nos territórios, em parceria com outras entidades e a sociedade, para o enfrentamento de problemas e a promoção da saúde.
20. Fortalecer o sistema de qualidade da Fiocruz em toda a cadeia de gestão, pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do Ceis, garantindo a segurança dos produtos e/ou processos e o cumprimento da missão institucional.
21. Impulsionar o projeto de construção e implantação do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde de Santa Cruz como componente estratégico para reduzir as vulnerabilidades do Ceis no Brasil, de modo integrado com o sistema de CT&I da Fiocruz e por meio de colaborações científicas e parcerias com foco no interesse público.
22. Promover pesquisas que incentivem o Ceis e os novos centros produtivos no campo da saúde a considerar, em suas construções relativas à atual revolução tecnológica, metas humanizadas, resilientes e sustentáveis.
23. Investir em serviços de infraestrutura em nuvem computacional, visando à proteção do conhecimento produzido na Fiocruz e contemplando a infraestrutura necessária para aprendizado dos algoritmos utilizados em projetos que aplicam a inteligência artificial.

TESE 6

A Fiocruz contribui ativamente para a formulação de políticas públicas equitativas e democráticas, em consonância com a interseccionalidade e os direitos humanos, com base em evidências sobre as iniquidades e desigualdades em saúde, ciência e educação, considerando os processos de determinação socioambiental, econômica e cultural, a fim de enfrentar os componentes de adoecimento na atenção às populações vulnerabilizadas. Da mesma forma, organiza a distribuição de seus serviços, produtos e recursos de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento, e fortalece ações intersetoriais e de gestão participativa, valorizando as dimensões de gênero, sexualidades, raça, etnia, diversidade funcional e outras, para o enfrentamento de toda e qualquer forma de discriminação e exclusão.

QUESTÃO

Como potencializar a atuação da Fiocruz no combate à fome, às desigualdades e às iniquidades sociais em suas múltiplas dimensões, como aquelas relacionadas a gênero, raça, classe social e geracional, entre outras?

DIRETRIZES

1. Desenvolver estratégias de monitoramento, cartografia social e vigilância popular para identificação de vulnerabilidades socioambientais em nível local, visando à redução de iniquidades em saúde, de modo a reunir indicadores, informações e análises sistematizadas sobre os diversos componentes que afetam a saúde e subsidiar a formulação de políticas públicas.
2. Fortalecer, em todos os seus programas, o caráter nacional, público e estratégico da Fiocruz para o SUS, buscando reduzir assimetrias e desigualdades regionais e impulsionando o sistema institucional de CT&I nos contextos locais, regionais, nacionais e globais, em articulação com os movimentos sociais e outras parcerias, com intensificação de ações afirmativas.
3. Estabelecer, nos vários âmbitos de atuação da Fiocruz, em diálogo com os movimentos sociais, ações afirmativas e reparadoras de respeito às diversidades, com inclusão efetiva das populações vulnerabilizadas, promovendo o enfrentamento das diferentes expressões, inclusive a estrutural, do racismo, do capacitismo, da intolerância, da discriminação e da violência, decorrentes de desigualdades sociais, políticas, territoriais, de *status* migratório, geracionais, funcionais, étnico-raciais, religiosas, de identidade de gênero, de orientação sexual, por síndromes raras e demais agravos à saúde.
4. Desenvolver, em cooperação com atores sociais dos territórios e populações em situação de vulnerabilidade, ações de pesquisa, educação, prevenção, atenção e promoção da saúde, comunicação, divulgação científica e popularização da ciência, conservação ambiental, regeneração socioambiental e ecossistêmica, e valorização do patrimônio cultural, para enfrentamento, mitigação e superação das violências e da exclusão social, econômica, comunicacional e digital, e para promoção da acessibilidade, contribuindo para a estruturação de territórios saudáveis e sustentáveis com protagonismo local.
5. Promover, divulgar e expandir estratégias de inclusão na instituição, especialmente para jovens em situação de maior vulnerabilidade, por meio de ações afirmativas em todos os processos seletivos, da promoção da acessibilidade, do incentivo e apoio à permanência

na escola e à continuidade na formação e carreira científica, visando à implementação de uma política de apoio aos estudantes que respeite as características culturais e territoriais.

6. Fortalecer a perspectiva dos direitos humanos, econômicos, culturais e ambientais, e a solidariedade no cuidado integral em saúde, nas atividades acadêmicas e de pesquisa, assim como na formulação de estratégias para consolidar a abordagem da saúde nas políticas públicas.
7. Expandir ações de acessibilidade e inclusão na Fiocruz, tendo o Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça e o Comitê pela Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência como instâncias consultivas e fomentadoras de políticas institucionais, com a participação dos movimentos sociais, garantindo a instalação de subcomitês em todas as unidades da instituição, para intensificar o combate às iniquidades e a todas as formas de intolerância e discriminação.
8. Fortalecer ações relacionadas ao conhecimento, à conservação *ex situ*, à preservação e à restauração da biodiversidade e do ambiente, para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, de forma a transcender os aspectos terapêuticos e preventivos de doenças e agravos, considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 da ONU; a perspectiva da promoção da saúde; a articulação de políticas públicas promotoras de ambientes saudáveis, cidades saudáveis e sustentáveis; a seguridade fundiária; a qualidade da habitação; o acesso ao saneamento básico e à água; e os determinantes sociais da saúde.
9. Expandir a Agenda Jovem Fiocruz e outras políticas institucionais voltadas para crianças, adolescentes e jovens, com ações que promovam a literacia digital, a educação cidadã, a iniciação científica, a diversidade, a formação para o trabalho, emprego e geração de renda, em especial para a população jovem em situação de vulnerabilidade, e contribuam para a mobilização juvenil em defesa do SUS e o enfrentamento das questões de discriminação.
10. Ampliar a acessibilidade dos produtos e ações da Fiocruz na área de pesquisa, educação e assistência à saúde, incluindo estratégias de ampliação do acesso digital aos seus acervos, a fim de garantir o amplo direito ao conhecimento científico.
11. Implementar estratégia institucional para fomentar articulações intersetoriais, buscando contribuir no combate à fome e às vulnerabilidades sociais, considerando a determinação social da saúde.
12. Estabelecer uma política institucional de apoio aos estudantes que assegure condições de permanência deles em todos os níveis de ensino, em todas as unidades da Fiocruz, com ações afirmativas e pedagógicas que reforcem a inclusão; a acessibilidade; a visibilidade; a mobilidade; a segurança alimentar; a saúde integral; a moradia estudantil; e o apoio à maternidade/paternidade, com ampliação de oportunidades acadêmicas, entre outros.
13. Intensificar a formação e a qualificação docente na Fiocruz, de modo a fortalecer a inclusão e assegurar as condições de permanência de populações vulnerabilizadas.
14. Apoiar o Coletivo Negro da Fiocruz e outras iniciativas de estudantes da pós-graduação voltadas para a mitigação de questões étnico-raciais, de gênero, socioculturais e territoriais, como o Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça e outros comitês que atuem

com esse foco na instituição, garantindo sua participação em fóruns e agendas institucionais.

15. Expandir a reflexão institucional sobre o papel da educação crítica, reflexiva e emancipatória, formal e não formal, no combate às desigualdades em saúde, na participação e na mobilização social diante das questões sanitárias e do SUS, a partir do incentivo à pesquisa neste campo e à inovação pedagógica, de modo a construir evidências e orientações para as políticas públicas, acessíveis a todos.
16. Reconhecer as práticas integrativas e complementares em saúde, incluindo as indígenas e as da medicina tradicional de matriz africana, de modo a gerar e difundir conhecimentos e a valorizá-las no cuidado e na promoção da saúde.
17. Ampliar a presença da Fiocruz junto aos povos indígenas, comunidades tradicionais, de periferias e cidades de pequeno e médio portes, afastadas dos grandes centros, por meio de ações itinerantes, encorajando o protagonismo local, o patrimônio imaterial e os saberes populares, com vistas à democratização do acesso aos conhecimentos e serviços, ao fortalecimento de ações intersetoriais de inclusão e ao engajamento da sociedade na compreensão crítica das interfaces entre saúde, ciência e tecnologia.
18. Fortalecer a geração de conhecimento, a pesquisa, a produção, o desenvolvimento de tecnologias e os serviços aplicados ao enfrentamento da pobreza e das desigualdades, visando à formulação de políticas públicas para a mobilização e a construção de soluções com os grupos em situação de maior vulnerabilidade.
19. Apoiar a produção de conhecimento e informação por meio de ambientes virtuais de aprendizagem, para que a informação qualificada alcance o maior número de pessoas, de forma mais rápida e geograficamente descentralizada.
20. Ampliar ações afirmativas para inclusão de pessoas com deficiência, negras, indígenas e LGBTQIA+ nos *campi* da Fiocruz, no tocante aos contratos de trabalho, à educação, à saúde e à produção de conhecimento, para a valorização da diversidade.
21. Articular com os movimentos sociais a política de pesquisa, formação e cuidado em saúde da Fiocruz voltada para as populações vulnerabilizadas.
22. Promover e incentivar a inserção de epistemologias historicamente invisibilizadas e subalternizadas nas bases curriculares e em linhas de pesquisa, visando à produção de conhecimento situado, emancipatório e transformador.
23. Incentivar o desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações que levem em consideração o racismo estrutural e seus efeitos como ameaça à democracia na configuração das desigualdades políticas, sociais, sanitárias e econômicas no país.

TESE 7

A Fiocruz, orientada pelo princípio do trabalho ético, digno, decente e justo e em defesa do serviço público, lida com as transformações contemporâneas do mundo do trabalho, garantindo e incorporando direitos, respeito às diversidades, novas formas e relações de organização do trabalho, redução das desigualdades e promovendo a saúde e o bem-estar coletivo e individual.

QUESTÃO

Como a Fiocruz enfrentará os novos desafios relacionados às mudanças no mundo do trabalho para atender à sua missão institucional e garantir resultados positivos para a sociedade e melhores condições de trabalho para os seus trabalhadores e trabalhadoras?

DIRETRIZES

1. Desenvolver um ambiente institucional com recursos de acessibilidade e fortalecer métodos de gestão, viabilizando para trabalhadoras e trabalhadores – independentemente do tipo de vínculo trabalhista ou de características laborais – oportunidades de realizar seus trabalhos de forma criativa, em condições de autonomia, equidade, segurança, ética e dignidade humana, com o encorajamento das trocas intersubjetivas, do convívio social e do trabalho coletivo e o fortalecimento da identidade institucional.
2. Defender a renovação e a sustentabilidade institucional, por meio de concurso público para recomposição e ampliação do quadro de servidoras e servidores, de forma equânime entre as unidades, com novos perfis e intensificando as ações afirmativas. Também são importantes o fortalecimento do plano de carreiras e cargos da Fiocruz, reposições e reajustes das tabelas de progressão do plano, a recomposição salarial e o aprimoramento de modelos de gestão de pessoas e do trabalho.
3. Ampliar a participação efetiva dos trabalhadores e trabalhadoras na discussão e organização dos processos de trabalho com a ampliação do seu papel nas tomadas de decisão e na formulação de políticas institucionais, garantindo a gestão democrática participativa nas diversas instâncias coletivas, colegiadas e representativas, a participação paritária, a diversidade e a formação permanente de lideranças, por meio de uma política de sucessão funcional representativa dos valores, ideais e compromissos da Fiocruz.
4. Analisar a transformação digital do trabalho, incorporando tecnologias digitais seguras que propiciem o trabalho digno, autônomo e saudável, inclusive em modalidades não presenciais suportadas por essas tecnologias, de forma a integrá-las de modo complementar e subsidiário ao trabalho presencial, preservados os espaços de convívio social.
5. Aprimorar os processos e prover as condições materiais e humanas necessárias para o desenvolvimento das atividades laborais na Fiocruz, oferecendo a infraestrutura

adequada para a preservação e promoção da saúde de trabalhadoras e trabalhadores, estudantes, usuárias e usuários.

6. Promover a cultura do respeito às diferenças por meio de políticas e programas inclusivos e equitativos, combatendo todas as formas de violência, construindo e consolidando estratégias que assegurem o respeito à diversidade e à equidade no mundo do trabalho.
7. Promover a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência em ambientes educacionais, laborais e nos produtos audiovisuais, para que tenham pleno direito ao exercício da cidadania, com a implantação de políticas e tecnologias assistivas, o atendimento e acompanhamento de trabalhadoras e trabalhadores, estudantes, usuárias e usuários de serviços da Fiocruz; e o desenvolvimento de iniciativas de formação de profissionais da instituição para o acolhimento dessas pessoas, incluindo a retomada dos fóruns de Integração de Políticas da Fiocruz.
8. Proporcionar o desenvolvimento dos trabalhadores e trabalhadoras da instituição, com base em políticas de gestão de pessoas e qualificação e na introdução de conhecimentos científicos e métodos inovadores, inclusive para as áreas de gestão, consolidando estratégias de capacitação lideradas pela Escola Corporativa Fiocruz, em parceria com organizações públicas nacionais e internacionais e por meio de cooperação interunidades.
9. Fortalecer o Programa Fiocruz Saudável e promover a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, no seu sentido mais amplo, incluindo todas as unidades e escritórios da instituição, ampliando a capacidade de alcance dos serviços a todas/os as/os profissionais, independentemente do tipo de vínculo trabalhista e considerando a sua diversidade.
10. Desenvolver, para todos os seus trabalhadores e trabalhadoras, usuárias e usuários e população em geral, estratégias e políticas para difusão e prática dos valores, ideais e compromissos da Fiocruz como instituição pública e estratégica de Estado, componente do SUS, da educação e de CT&I em saúde, assumidos e expressos nos processos de contratualização, parcerias e cooperações.
11. Propiciar equidade nas relações e condições de trabalho, desenvolvendo a cultura de justiça organizacional e isonomia salarial, e combatendo situações de assédio a trabalhadoras, trabalhadores e estudantes na instituição.
12. Planejar e desenvolver estratégias de gestão da mudança geracional, ações de memória e o compartilhamento de saberes, práticas e conhecimentos para as novas gerações de trabalhadoras e trabalhadores, incluindo programas de mentoria, valorizando e preservando relações institucionais com profissionais aposentadas e aposentados.
13. Fomentar estratégias de cuidado e promoção da saúde mental para trabalhadoras, trabalhadores e estudantes, visando à ampliação dos espaços de discussão sobre melhoria nos relacionamentos interpessoais e nos processos de trabalho e ensino, e à manutenção dos espaços de acolhimento do sofrimento psíquico.

- 14.** Buscar o cumprimento de acordos preestabelecidos e ainda não implementados, como o Reconhecimento de Resultados de Aprendizagem (RRA).
- 15.** Fomentar a implantação das comissões internas de Saúde do Trabalhador (CISTs) nas unidades da Fiocruz, como estratégia da Coordenação da Saúde do Trabalhador para a promoção, vigilância e prevenção de agravos à saúde, com a participação ativa dos trabalhadores e trabalhadoras.
- 16.** Promover políticas institucionais afirmativas que incentivem a oferta equitativa de oportunidades de crescimento profissional e a diversidade na ocupação dos cargos de liderança na instituição.
- 17.** Robustecer a infraestrutura de TI, incluindo capacitação, equipamentos e sistemas acessíveis.
- 18.** Consolidar programa de saúde, atenção, cuidado, prevenção e controle de riscos para trabalhadoras e trabalhadores, bolsistas e estudantes em atividades de campo, considerando a avaliação apropriada da insalubridade e riscos específicos destas atividades.
- 19.** Assegurar um ambiente de trabalho com relações igualitárias, justas, saudáveis e seguras, que busquem impedir todas as formas de discriminação e assédio, por meio de um conjunto de ações de sensibilização, comunicação e responsabilização, garantindo os princípios de equidade, confidencialidade, presunção de inocência, dignidade e proibição de retaliação.

TESE 8

A Fiocruz aperfeiçoa e incorpora inovações em seu modelo de governança e gestão participativa, com valorização do controle social, aprimorando seu processo decisório e buscando um modelo jurídico que lhe garanta autonomia, estabilidade e sustentabilidade institucional, com vistas a maior solidez legal e político-administrativa de seu Estatuto.

QUESTÃO

Que estratégias adotar para aperfeiçoar a gestão democrática e alcançar maior autonomia, estabilidade e sustentabilidade institucional?

DIRETRIZES

1. Fortalecer a atuação junto às diferentes instâncias dos Três Poderes, visando alcançar mudanças legislativas que garantam à instituição *status* semelhante ao das universidades, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e permitam maior estabilidade ao Estatuto da Fiocruz e ao modelo de gestão participativa nele estabelecido.
2. Buscar um arcabouço legal diferenciado e flexível para captação e gestão de pessoal, de modo isonômico nas diferentes unidades e dando autonomia à instituição para promover concursos públicos de reposição de cargos em decorrência de vacâncias e para a substituição de contratos e outros vínculos precários, além de reforçar as ações afirmativas nas contratações, para atender à ampliação de serviços institucionais.
3. Consolidar o Plano Diretor de Infraestrutura da Fiocruz, com base no plano estratégico institucional, nos planos setoriais específicos e em diagnósticos sistêmicos, observando cada área de atuação e incorporando demandas institucionais atuais e projeções quanto à biossegurança e à gestão da qualidade, ambiente e bioproteção, valorizando a adoção de modernas tecnologias e plataformas integradas, um ambiente de trabalho saudável e a ampliação da capacidade produtiva e de serviços para a sociedade.
4. Implementar modelo de gestão orientado para resultados dos serviços e sua cadeia de valor, o qual fortaleça a integração dos processos, os recursos e a efetividade dos resultados institucionais, incluindo compras compartilhadas para o atendimento das demandas do SUS, do Sistema Nacional de CT&I e do Ceis.
5. Fortalecer a agenda de integridade institucional, privilegiando ações de planejamento pautadas por diálogos e interações com todas as áreas internas, para a consolidação da Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos, de modo a potencializar a capacidade de resposta e a sustentabilidade da Fiocruz, articulando Corregedoria, Ouvidoria, Controladoria, C-Quali, Procuradoria e Auditoria.
6. Promover uma gestão que considere criticamente as transformações digitais, sublinhando a importância de uma cultura organizacional orientada pela produção e avaliação de dados, pela inteligência cooperativa, pela capacidade de análise, predição e tomada de decisão, pela integração dos sistemas digitais e pelo respeito às especificidades das unidades, atividades e trabalhadoras e trabalhadores, sem perder o olhar humanizado e o respeito à diversidade.

7. Desenvolver a política institucional de sustentabilidade financeira para regular as atividades de captação de recursos extraorçamentários, de modo a complementar o processo de contratualização e orçamentação com o Ministério da Saúde, buscando prospectar modelos de captação, priorizar os recursos públicos, gerenciar custos, observar o novo Marco Legal de CT&I e demais instrumentos regulatórios e desenvolver formas integradas e coordenadas de gestão, execução e prestação de contas à sociedade da aplicação dos recursos.
8. Fortalecer o suporte jurídico aos servidores e servidoras, de modo a lhes conferir maior segurança no exercício de suas atividades no âmbito da gestão pública.
9. Intensificar ações que promovam melhor articulação da Fiocruz com o Poder Legislativo, nas três esferas de governo, consolidando o papel propositivo e de assessoramento parlamentar, em defesa dos interesses da CT&I e do SUS, promovendo a divulgação da atuação institucional e buscando ampliar recursos orçamentários para o cumprimento de suas funções.
10. Intensificar ações da Fiocruz com o Poder Judiciário, órgãos de controle e instâncias regulatórias, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e a Secretaria de Trabalho.
11. Ampliar a capacidade de resposta institucional às fragilidades no tratamento de dados pessoais sensíveis, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.
12. Avançar na implementação do Plano de Logística Sustentável, de modo simétrico, no que couber, em todas as unidades.
13. Enfrentar e tratar os pontos críticos na infraestrutura do trabalho, qualidade, biossegurança, bioproteção e gestão ambiental, para atendimento da legislação pertinente e desenvolvimento de CT&I na Fiocruz.
14. Desenvolver e implementar políticas e estratégias transversais e integradas para redução da precarização do trabalho e das iniquidades entre as diferentes categorias de trabalhadores da Fiocruz, garantindo sua representação nos fóruns de negociação, no sentido de evitar perdas de direitos.
15. Promover ações de governança nas contratações de trabalhadoras e trabalhadores, a fim de implementar a padronização de procedimentos, contribuindo para a Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Fiocruz e assegurando condições dignas de trabalho, com a preservação de direitos, independentemente do tipo de vínculo trabalhista.
16. Ampliar e formalizar a participação e representação política dos discentes no modelo de gestão democrática da Fiocruz.

TESE 9

A Fiocruz trabalha permanentemente com o conceito ampliado de saúde, que ultrapassa sua visão como ausência de doenças e sinônimo de intervenções biomédicas, sendo indispensável, para o alcance de níveis adequados de saúde para todas e todos, considerar sua determinação socioambiental e suas relações com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) como um importante marco de referência para o trabalho institucional de médio e longo prazos, com reflexos primordiais nas interações internas e externas à instituição, a partir de suas ações nas diversas áreas em que atua.

QUESTÃO

Como a Fiocruz deve abordar a determinação socioambiental da saúde, que vem crescentemente incidindo no processo saúde-doença, nas escalas local, nacional e global, articulando-se com a Agenda 2030 de forma a consolidá-la como estratégia institucional, e potencializar a contribuição da instituição para a sua realização, com base em suas competências em educação, pesquisa, tecnologia, inovação, vigilância em saúde, cooperação e diálogo com a sociedade?

DIRETRIZES

1. Promover o engajamento na compreensão das causas, dos efeitos e das determinações das emergências climáticas sobre a saúde, traduzindo essa compreensão em estratégias de prevenção, mitigação, adaptação e resposta, levando em conta que tais efeitos são fortemente marcados pelas iniquidades sociais.
2. Orientar-se por alternativas epistemológicas, teórico-conceituais, metodológicas e por práticas emancipatórias diante da emergência ambiental global e da crise civilizatória, por meio de abordagens que partam da premissa da complexidade da interdependência entre saúde, ambiente e sustentabilidade e considerem os seguintes marcos: território, saúde coletiva, saúde única, epistemologias do Sul, ecologia dos saberes, promoção emancipatória da saúde, geografia crítica e humanística, cartografia social, vigilância popular em saúde, epidemiologia crítica, direitos humanos e saúde, ecologia política e justiça ambiental, no contexto do mundo sindêmico e marcado pela quarta revolução tecnológica.
3. Contribuir para formulação de políticas públicas relacionadas à determinação socioambiental da saúde e atuar de maneira crítica quando a ações do Estado que possam resultar em risco à saúde a partir do ambiente, de modo a garantir a adequação de padrões ambientais que promovam a saúde de forma integral e sustentável.
4. Fomentar parcerias para a realização de estudos e pesquisas sobre o Antropoceno e sobre as alterações ecológicas associadas às doenças crônicas, negligenciadas, emergentes e reemergentes, considerando os processos desencadeados pelas mudanças climáticas, eventos extremos e desastres.
5. Incentivar pesquisas sobre a avaliação de impactos à saúde e sobre os processos de redução/mitigação de danos oriundos de grandes empreendimentos relacionados a barragens, agrotóxicos, organismos geneticamente modificados, organismos editados geneticamente, empreendimentos hidrotensivos, mineração, desmatamentos,

incêndios florestais, projetos emissores de gases de efeito estufa, dentre outros, em acordo com os princípios da participação social, da precaução e da prevenção.

6. Intensificar as ações de saúde pública junto aos povos originários e comunidades tradicionais, bem como às demais populações dos campos, florestas e águas, mitigando os impactos socioambientais que possam provocar situações de emergência sanitária e efeitos deletérios na saúde e reforçando a defesa dos seus territórios e dos seus meios de vida, a diversidade étnica e a riqueza da cartografia social e dos bens comuns do país.
7. Mapear ações que produzam risco à saúde a partir do ambiente e de territórios vulnerabilizados e colaborar institucionalmente para evitar tais ações. Contribuir para a formulação de políticas públicas relacionadas à determinação socioambiental da saúde, para a denúncia de leniência em ações de fiscalização e licenciamento e para a resistência ao desmantelamento da legislação ambiental brasileira.
8. Reforçar o papel da Fiocruz como promotora da implementação da Agenda 2030 em todas as suas unidades e atividades, e fomentar atividades sobre os ODS, assim como ampliar sua participação crítica e cooperação junto a organismos multilaterais, instituições e instâncias governamentais, empresariais e da sociedade civil, articulando competências e capacidades e provendo recursos para a sua implementação.
9. Ampliar a compreensão das determinações e dos efeitos da emergência climática e ambiental sobre a saúde, levando em conta que são fortemente marcados pelas iniquidades sociais, em especial aquelas exacerbadas pela pandemia da Covid-19. Do mesmo modo faz-se necessário aprimorar estratégias para aumentar a capacidade de predição e identificação das gênese sistêmicas das pandemias, bem como produzir e disseminar permanentemente análises sobre os determinantes socioeconômicos e ambientais da saúde.
10. Combater as desigualdades, exclusões e violências sociais em suas múltiplas expressões – de gênero, etnia, raça e aquelas da corponormatividade e heteronormatividade, dentre outras – e promover o diálogo interdisciplinar e intercultural com os movimentos sociais e organizações comunitárias, especialmente de populações vulnerabilizadas, em consonância com o princípio da Agenda 2030 de “Não deixar ninguém para trás”.
11. Atuar, com base na tradição da Fiocruz, sobre o expressivo e injusto déficit sanitário, defendendo o saneamento como um bem público, universal e gratuito.
12. Promover a cooperação entre os diferentes setores da Fiocruz que atuam na interface ambiente-saúde e as plataformas tecnológicas com vistas ao desenvolvimento de pesquisa e à inovação em processos, serviços e produtos para a vigilância integrada em saúde e ambiente, fortalecendo políticas públicas em saúde e o SUS, em alinhamento com a Agenda 2030.
13. Propor intervenções no enfrentamento da insegurança hídrica e alimentar por meio de tecnologias sociais, sistemas agroecológicos, agroflorestais e soluções baseadas na natureza, na perspectiva da restauração da biodiversidade e do fortalecimento das economias a partir das vocações locais, regionais e de políticas públicas de convivência com os biomas.
14. Avançar em políticas sustentáveis, nas unidades e escritórios, de modo a reduzir significativamente os impactos de suas atividades no ambiente, garantindo a sustentabilidade institucional e das comunidades.

15. Combater as exclusões e violências sociais, de gênero e raça, dentre outras; promover o diálogo interdisciplinar e intercultural com os movimentos sociais e organizações comunitárias, especialmente indígenas, quilombolas e outras de matriz africana, camponesas, moradores de periferias urbanas e de favelas; respeitar e valorizar conhecimentos, práticas e direitos nas políticas de pesquisa científica e tecnológica, bem como na dimensão da educação, comunicação e divulgação científica.
16. Avançar em estudos que integrem as abordagens de saúde ambiental e saúde urbana, nas perspectivas da saúde única e da determinação social da saúde, considerando a concepção ampliada de saúde e o enfrentamento dos desafios para as políticas públicas no contexto de mudanças climáticas e emergências sanitárias.
17. Reconhecer integralmente as interconexões entre a saúde humana, animal e de ecossistemas e o planeta–ambiente, biodiversidade e clima, no âmbito da atuação da Fiocruz, por meio de ações integradas de pesquisa, atenção à saúde, ensino e vigilância, para o enfrentamento das ameaças à saúde pública.
18. Desenvolver a área da saúde ambiental infantil, atuando junto com movimentos capazes de reverter o atual perfil de vulnerabilidade e danos sofridos pelas crianças e adolescentes relacionados aos riscos ambientais, principalmente nos primeiros 1.000 dias de vida.
19. Garantir a formação e a qualificação dos profissionais da saúde para o desenvolvimento de habilidades e competências que lhes permitam realizar um diagnóstico situacional das condições de vida e de saúde dos grupos sociais em determinado território, inclusive e sobretudo das populações invisibilizadas, e planejar intervenções em saúde capazes de enfrentar os determinantes do processo saúde-doença, prestar assistência e desenvolver ações educativas, estimulando o autocuidado e a emancipação.
20. Promover, na formação dos profissionais da saúde, a inclusão de projetos político-pedagógicos que superem o reducionismo das competências cognitivas e biológicas, permitam um olhar ampliado para o conceito de saúde segundo o qual as iniquidades sociais são determinantes do estado de saúde da população e considerem o contexto comunitário na atenção à saúde, sempre privilegiando uma comunicação horizontal e dialógica.
21. Estimular o protagonismo da Fiocruz na construção de ações estratégicas de desenvolvimento sustentável, orientado pelaecoinovação, como forma de mitigar as perdas da biodiversidade e os impactos da emergência climática.
22. Contribuir para o combate ao envenenamento alimentar sistêmico da população brasileira relacionado ao uso massivo de agrotóxicos e outras substâncias tóxicas, e contra os demais agravos à saúde resultantes da exposição à degradação ambiental decorrente de atividades econômicas tais como mineração e garimpo, entre outras.
23. Estabelecer uma política institucional de sustentabilidade que reforce a economia circular, estimule a adoção de tecnologias de redução dos impactos ambientais e climáticos e estabeleça diretrizes, recursos e investimentos para viabilizar as ações da Fiocruz, buscando a preservação dos elementos naturais dos *campi* considerados os biomas de seus territórios.

TESE 10

A Fiocruz defende a democracia como valor indissociável da saúde, da ciência e da cidadania, e se mantém em diálogo permanente com os diferentes segmentos da sociedade brasileira e internacional, viabilizando o acesso amplo e transparente ao conhecimento que produz e a informações em saúde fundamentais para a mobilização e a reivindicação de direitos, sempre aberta às manifestações e demandas dos vários grupos sociais e à articulação com seus representantes. Para isso, investe nos trabalhadores e trabalhadoras, nos estudantes e em diferentes tecnologias, saberes e processos, ao mesmo tempo que se compromete com a ampliação da participação social, de modo a garantir ações de informação, comunicação e divulgação científica acessíveis, pautadas pela ênfase no interesse público e voltadas ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

QUESTÃO

Como a Fiocruz expressará seu compromisso democrático, ao promover diálogo permanente sobre saúde, CT&I e cidadania com diferentes segmentos da sociedade brasileira, de forma horizontal, acessível e respeitando as especificidades de cada grupo social?

DIRETRIZES

1. Defender, na atuação cotidiana das diversas áreas da Fiocruz, a democracia como valor e condição para a promoção da equidade e do bem-estar social, tendo por base o respeito aos direitos humanos e a plena garantia de direitos civis, políticos e sociais, incluindo o direito a um ambiente saudável.
2. Enfatizar nas políticas e práticas institucionais a transparência, entendendo o acesso ao conhecimento científico, a informações confiáveis sobre saúde e seus determinantes e ao debate público como direitos de cidadania e elementos fundamentais para a democracia.
3. Assegurar a implementação efetiva das políticas institucionais voltadas para o diálogo com a sociedade, mediante ações orientadas pelo interesse público e para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.
4. Promover o acesso universal e a circulação do conhecimento científico, combatendo a desinformação e contribuindo para intensificar o controle social nas políticas de saúde e CT&I em saúde.
5. Contemplar nas ações institucionais de memória, comunicação, informação, divulgação científica e popularização da ciência a diversidade da população brasileira, em seus aspectos culturais, étnico-raciais, regionais, socioeconômicos e da funcionalidade dos corpos, bem como seus diferentes contextos.
6. Induzir e estimular a abertura e acesso aos dados dos sistemas nacionais de saúde, visando à transparência, à democratização do acesso à informação e ao fomento à participação da sociedade na formulação de políticas públicas, incorporando informações referentes à diversidade da população brasileira, de modo a preencher lacunas nos

registros oficiais, tais como as observadas nos quesitos raça/cor e localização territorial (comunidades tradicionais, quilombos, favelas, entre outros), utilizando-se, neste caso, das ferramentas de georreferenciamento.

7. Fortalecer e ampliar a capacidade institucional de gestão de dados para pesquisa e de Ciência Aberta, integrando, disponibilizando e preservando dados de distintas fontes para gerar conhecimento científico e evidências para políticas públicas em prol da cidadania, da equidade, da sustentabilidade e do interesse público.
8. Garantir o direito ao conhecimento científico por meio da transparência e da acessibilidade dos produtos e ações da Fiocruz em atividades de gestão, pesquisa, educação, informação, divulgação científica, comunicação e assistência à saúde nas diversas áreas, fomentando o acesso digital aos acervos e coleções institucionais.
9. Incentivar atividades que promovam a interação direta da Fiocruz com a população, por meio da sua atuação nos territórios, bem como da apropriação social dos *campi* da Fiocruz por jovens e outros grupos sociais para que tenham acesso ao conhecimento científico e ao conjunto de ações desenvolvidas pela instituição.
10. Reforçar políticas que valorizem e promovam a participação de mulheres e meninas na ciência, incluindo a construção e apoio a estratégias pró-equidade, em diálogo com grupos sociais e instituições, nos cenários nacional e global.
11. Articular com o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, além de grupos sociais e sociedade civil organizada, a defesa ativa da democracia.
12. Investir na comunicação ampla sobre os serviços oferecidos na instituição, de modo que mais pessoas possam conhecê-los, acessá-los e associá-los à Fiocruz e ao SUS.
13. Intensificar, na perspectiva da determinação social da saúde, a participação efetiva dos movimentos sociais, sobretudo os que defendem os princípios da Reforma Sanitária, da Reforma Urbana e da Reforma Agrária, na construção das políticas institucionais da Fiocruz.
14. Produzir e disseminar materiais e ações de divulgação científica e popularização da ciência acessíveis à população, traduzidos em linguagens simples, em Libras, com audiodescrição e com pranchas de comunicação alternativa, entre outras tecnologias.
15. Promover na Fiocruz uma agenda acessível de popularização da ciência, arte, cultura e saúde, que funcione a partir de plataformas colaborativas e multidisciplinares, integrando as diversas iniciativas institucionais, em diálogo com diferentes territórios, grupos artísticos e culturais locais, movimentos sociais e associações profissionais, respeitando os saberes tradicionais, com foco na Agenda 2030 da ONU, na promoção da diversidade e no enfrentamento das vulnerabilidades.
16. Intensificar a comunicação, a divulgação científica e a popularização da ciência na Fiocruz, com a acessibilidade como fator estratégico, para estabelecer amplo diálogo com diferentes setores da sociedade, buscando o fortalecimento do controle social, da imagem institucional e da percepção pública sobre a importância da Fiocruz na defesa da ciência, do SUS e da vida, e combatendo o efeito das *fake news* e a desinformação.

17. Fomentar ativamente o diálogo com os movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores no sentido de promover a compreensão dos princípios emancipatórios da Reforma Sanitária, em especial a ideia da saúde como direito universal, a perspectiva da determinação social do processo saúde-doença e a proposta da organização e participação popular como fundamento da construção democrática de políticas públicas de saúde.
18. Fortalecer a divulgação científica, a popularização da ciência, a informação e comunicação em saúde e a produção compartilhada de conhecimentos em saúde como áreas finalísticas estruturantes e estratégicas para o SUS e para o Sistema Nacional de CT&I, estimulando a participação cidadã nas ações e pesquisas desenvolvidas.

IX CONGRESSO INTERNO DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PRESIDÊNCIA

Nísia Verônica Trindade Lima - Presidente da Fiocruz.
Juliano de Carvalho Lima - Chefe de Gabinete
Mario Santos Moreira - Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional
Cristiani Vieira Machado - Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação
Patrícia Canto Ribeiro - Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde
Marco Aurélio Krieger - Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde
Rodrigo Correa de Oliveira - Vice-Presidente de Pesquisa e Coleções Biológicas

CONSELHO DELIBERATIVO

Nísia Verônica Trindade Lima - Presidente da Fiocruz.
Juliano de Carvalho Lima - Chefe de Gabinete
Mario Santos Moreira - Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional
Cristiani Vieira Machado - Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação
Patrícia Canto Ribeiro - Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde
Marco Aurélio Krieger - Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde
Rodrigo Correa de Oliveira - Vice-Presidente de Pesquisa e Coleções Biológicas
Adele Schwartz Benzaken - Diretora do Instituto Leônidas e Maria Deane
Ana Beatriz Cuzzatti – Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi
Anamaria D'Andrea Corbo - Diretora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Andréa da Luz Carvalho – Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas
Antônio Carlile Lavor - Coordenador da Fiocruz Ceará
Antônio Eugênio Castro Cardoso de Almeida - Diretor do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde
Antônio Flávio Vitarelli Meirelles - Diretor do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira
Carlos Augusto Graboys Gadelha - Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos
Christoph Schweitzer Milewski - Diretor do Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos
Deolinda Vieira da Costa - Procuradora Chefe
Flávia Silva – Coordenadora-Geral de Administração
Geraldo Sorte – Coordenador-Geral de Gestão de Tecnologia de Informação
Jacenir Reis dos Santos Mallet - Coordenadora da Fiocruz Piauí
Jansen Fernandes Medeiros - Coordenador da Fiocruz Rondônia
Jislaine Guilhermino - Coordenadora da Fiocruz Mato Grosso do Sul
João Gonçalves Barbosa - Ouvidor Fiocruz
Jorge Souza Mendonça - Diretor do Instituto de Tecnologia em Fármacos
Marco Antônio Carneiro Menezes - Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
Marcos José de Araújo Pinheiro - Diretor da Casa de Oswaldo Cruz
Maria Elisa Andries dos Reis - Coordenadora de Comunicação Social
Maria Fabiana Damásio Passos - Diretora da Gerência Regional de Brasília
Marilda de Souza Gonçalves - Diretora do Instituto Gonçalo Moniz
Maurício Zuma Medeiros - Diretor do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos
Mychelle Alves Monteiro - Presidente do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN)

Pedro Miguel dos Santos Neto - Diretor do Instituto Aggeu Magalhães
Ricardo Godoi Mattos Ferreira – Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico
Rivaldo Venâncio da Cunha – Coordenador de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência
Roberto Sena Rocha - Diretor do Instituto René Rachou
Rodrigo Murinho Martinez Torres - Diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Sérgio Honorato dos Santos - Auditor-Chefe da Fiocruz.
Stênio Perdigão Fragoso - Diretor do Instituto Carlos Chagas
Tânia Cremonini de Araújo Jorge - Diretora do Instituto Oswaldo Cruz
Valcler Rangel Fernandes - Coordenador de Relações Interinstitucionais
Valdiléa Gonçalves Veloso dos Santos - Diretora do Instituto Nacional de Infectologia
Evandro Chagas
Wilson Savino - Coordenador Estratégico de Integração Regional e Nacional

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO

Mario Santos Moreira (Coordenador-geral)
Anamaria D'Andrea Corbo - Diretora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Carlos Augusto Grabois Gadelha - Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos
Juliano de Carvalho Lima - Chefe de Gabinete
Marco Antônio Carneiro Menezes - Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
Marilda de Souza Gonçalves - Diretora do Instituto Gonçalo Moniz
Mychelle Alves Monteiro - Presidente do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN)
Ricardo Godoi Mattos Ferreira – Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico
Rodrigo Murinho Martinez Torres - Diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Tânia Cremonini de Araújo Jorge - Diretora do Instituto Oswaldo Cruz
Valdiléa Gonçalves Veloso dos Santos - Diretora do Instituto Nacional de Infectologia
Evandro Chagas

ASSESSORIA

Alex Santos Príncipe
Fabius Abrahão Torreão Esteves
Claudia Lima Costa

RELATORIA GERAL

Arlindo Fábio Gómez de Sousa (Relator geral)
Claudia Lima Costa
Fernanda Marques
João Canossa
Maria Fabiana Damásio Passos
Paula Xavier dos Santos
Wagner Barbosa de Oliveira]